

**B – ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2008****Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO**

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b>	
8ª SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SANTA CATARINA	
<b>RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, IN/TCU 57/2008)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)</b>
<b>I. UNIDADE</b>	
I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 57/2008).	113 - 124
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II</li> </ul>	NÃO APLICÁVEL
<b>III. Informações contábeis</b>	
▪Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Siafi	125 - 126
▪Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos	NÃO APLICÁVEL
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas	
	128 - 129
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	
▪Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.	130 - 166
<b>LOCAL/DATA</b>	<b>ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL</b>

<b>2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</b>	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
<b>SITUAÇÃO</b>	
1 ( ) A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 13 da IN/TCU 57/2008 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII e X da DN/TCU __/2008, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.	
2 ( ) Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 57/2008 e pela DN/TCU __/2008, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:	
_____	
_____	
<b>LOCAL/DATA</b>	<b>ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL</b>

<b>3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO</b>	
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
<b>LOCAL/DATA</b>	<b>ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL</b>

(\*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever “não se aplica”.





# RELATÓRIO DE GESTÃO

## EXERCÍCIO 2008





## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro da Justiça**

Tarso Fernando Herz Genro

**Secretário - Executivo**

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

### **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretor Geral**

Hélio Cardoso Derenne

### **8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Superintendente**

Luiz Ademar Paes

**Seção de Policiamento e Fiscalização**

Luis Carlos Padilha

**Seção Administrativa e Financeira**

Nadja Cláudia Lopez Vianna

**Seção de Recursos Humanos**

Alexandre Daniel Litran dos Santos

**Corregedoria Regional**

Pedro Fernandes Bitencourt

**MISSÃO INSTITUCIONAL**

“Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais”





## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 03, de 19 de dezembro de 2008, aprovada pela Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, com a Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e as Decisões Normativas TCU nº 93/2008 e 94/2008, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2008.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – *Segurança Pública nas Rodovias Federais*, 1386 – *Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal* e 0750 – *Apoio Administrativo*, durante o exercício de 2008.

Deste modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão – 2008, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas.

Contempla também o grau de eficácia e efetividade almejado pela organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 (três) eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2008 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios





para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde nas rodovias federais.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2008 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração da Superintendência. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

**Inspetor LUIZ ADEMAR PAES**

Superintendente Regional



## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1.1. Dados identificadores da Unidade.....</b>	<b>09</b>
<b>1.2. Organograma da Unidade regional.....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1. Responsabilidades institucionais – papel na execução das políticas públicas.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2. Estratégia de atuação na execução das políticas públicas.....</b>	<b>25</b>
2.2.1. Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias.....	27
2.2.2. Reforço nas ações de combate à criminalidade.....	29
2.2.3. Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.....	29
<b>2.3. Programas.....</b>	<b>32</b>
2.3.1. Programa 1386 – Desenvolvimento institucional da PRF.....	32
2.3.1.1. Dados gerais do programa.....	32
2.3.1.2. Principais ações do programa.....	32
2.3.1.3. Descrição das ações.....	33
2.3.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	39
2.3.2.1. Dados gerais do programa.....	39
2.3.2.2. Principais ações do programa.....	40
2.3.2.3. Descrição das ações.....	41
2.3.3. Programa 0750 – Apoio administrativo.....	62
2.3.3.1. Dados gerais do programa.....	62
2.3.3.2. Principais ações do programa.....	62
2.3.3.3. Descrição da ação.....	62
<b>2.4. Desempenho operacional.....</b>	<b>67</b>
2.4.1. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa.....	67
2.4.2. Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.....	67
2.4.3. Análise crítica dos resultados alcançados.....	68
2.4.3.1. Programa 0663 - metas físicas: redução do número de acidentes e mortes em relação a 2007.....	68
2.4.3.2. Programa 1386 – metas físicas das instalações.....	70
2.4.3.3. Programa 0750 - metas físicas administrativas.....	75
2.4.4. Descrição das disfunções estruturais detectadas e as principais medidas implementadas para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis.....	76
2.4.4.1. Programa 0663 - disfunção estrutural que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas traçados.....	76
2.4.4.2. Programa 1386 - disfunção estrutural que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas traçados.....	76
2.4.4.3. Programa 0750 – disfunção estrutural.....	77
<b>2.5. Evolução dos gastos gerais.....</b>	<b>78</b>





2.6. Arrecadação de multas.....	80
2.7. gastos na manutenção da frota.....	81
2.8. acompanhamento da execução contratual.....	84
<b>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....</b>	<b>86</b>
<b>4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>87</b>
<b>5. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARceria OU OUTROS.....</b>	<b>88</b>
<b>6. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....</b>	<b>89</b>
<b>7. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>90</b>
<b>8. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....</b>	<b>91</b>
<b>9. DESPESAS COM CARTÕES DE CRÉDITO.....</b>	<b>92</b>
<b>10. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>94</b>
<b>11. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCU.....</b>	<b>110</b>
11.1. Número da decisão ou acórdão.....	110
11.2. Descrição da determinação ou recomendação.....	110
11.3. Providências adotadas.....	110
<b>12. ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA.....</b>	<b>111</b>
<b>13. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....</b>	<b>112</b>
<b>14. ROL DE RESPONSÁVEIS (ART. 10 DA IN/TCU 57/2008).....</b>	<b>113</b>
<b>15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>125</b>
15.1. Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos.....	125
15.2. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as	



<b>informações constantes do SIAFI.....</b>	<b>125</b>
<b>16. DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS.....</b>	<b>128</b>
<b>17. RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>130</b>
<b>17.1. Relatório Correicional.....</b>	<b>130</b>
<b>18. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....</b>	<b>167</b>
<b>19. CONCLUSÃO.....</b>	<b>168</b>





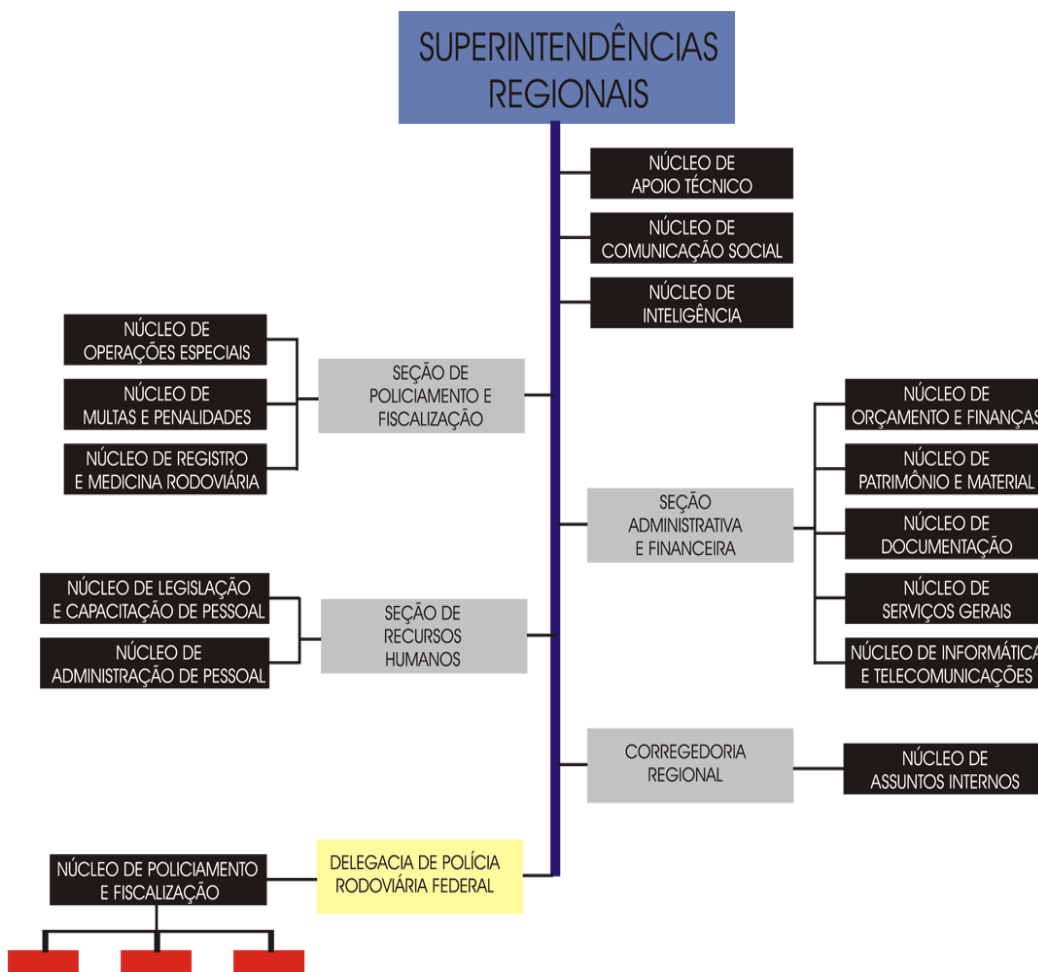
## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE

<b>NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA</b>	8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 8ª SRPRF
<b>CNPJ</b>	00.394.494/0120-61.
<b>NATUREZA JURÍDICA</b>	Órgão Público integrante da Administração Direta do Poder Executivo Federal.
<b>VINCULAÇÃO MINISTERIAL</b>	Ministério da Justiça
<b>ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE</b>	Rua Álvaro Müllen da Silveira, 104 - Centro - Florianópolis – SC. CEP 88.020-180 Fone: (48) 3251 3200
<b>ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET</b>	<a href="http://www.dprf.gov.br">www.dprf.gov.br</a>
<b>NORMATIVOS DE CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, REGIMENTO INTERNO OU ESTATUTO DA UNIDADE DE QUE TRATA O RELATÓRIO DE GESTÃO E RESPECTIVA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO</b>	Constituição Federal (Art. 144) Decreto n. 18.323, de 24 de julho de 1928 Decreto n. 1.655, de 03 de outubro de 1995 Portaria n. 1375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 6 de agosto de 2007
<b>CÓDIGO DA UJ TITULAR DO RELATÓRIO</b>	UG 200125 – 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
<b>CÓDIGOS DAS UJ ABRANGIDAS</b>	Não consolida outras unidades
<b>SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO</b>	Em funcionamento
<b>FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE</b>	Segurança Pública
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b>	Policiamento e fiscalização
<b>UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI</b>	UG 200125 – 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal



## 1.2 ORGANOGRAMA DA UNIDADE REGIONAL



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais





## **2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS**

### **2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A missão constitucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, assegurada pela carta magna de 1988, em seu art. 144, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, somando ainda as competências definidas pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 e pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 06 de agosto de 2007.

Neste escopo, depreende-se da legislação vigente, o nobre rol de atribuições confiadas ao Departamento Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo precípuo de resguardar a segurança pública no âmbito das rodovias federais, dentre os quais ressalta-se:

- ♦ patrulhar ostensivamente as rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, objetivando a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- ♦ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ♦ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ♦ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ♦ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;





- ♦ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

Desta forma, a operacionalização de suas atribuições em todo o território nacional, se viabiliza através da estruturação do Departamento, o qual contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências, responsáveis pelos objetivos e metas organizacionais nas áreas sob sua gerência administrativa e operacional.

Representando importante fator estratégico na aplicação de qualquer programa, plano ou estratégia de desenvolvimento nacional, as rodovias federais são o elo de integração nacional, a qual se consolida pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhões de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o





serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população.

Nesse aspecto, verificamos que, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso estado e assolando a população em patamares extremamente críticos.

O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros.

A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.



O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento.

Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação,





colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além deles, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população.

Necessária também, se faz a presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país, onde o foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de



segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais necessitam ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano.

Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto-sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina – 8ª SRPRF/SC, para a execução de sua atividade fim, é constituída em uma Sede Regional, oito Delegacias, vinte e quatro postos de fiscalização, um Núcleo de Operações Especiais, um Corpo de Motociclistas, uma Central de Informações Operacionais, um Grupo de Operações com Cães e a Divisão de Operações Aéreas-Base Sul, possui 514 policiais na ativa, em atuação em todo o território estadual e eventualmente têm parte de seu efetivo deslocado para operações em partes do território nacional.

A Regional desenvolve trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e







repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A maior dificuldade por qual passa esta Regional encontra-se no reduzido efetivo, levando-se em consideração que a atividade fim da Instituição é iminentemente operacional, a área administrativa é penalizada em função da falta de pessoal para atendimento de grande parte das demandas laborais.

Na área operacional, observamos postos em que trabalham somente dois policiais por escala, o que afeta inclusive a segurança dos próprios policiais.

Na área administrativa, há núcleos que funcionam com apenas dois servidores, quando haveria a necessidade mínima de quatro ou cinco servidores, para que hoje iniciassem atividades que estão acumulando-se há tempos em função da escassez de recursos humanos.

Conforme Audiência Pública requerida pelo Senhor Superintendente, realizada em 2007, na Assembléia do Estado de Santa Catarina, foi requisitado junto à bancada parlamentar catarinense Moção a ser entregue ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, com o fim de viabilizar concurso para admissão de no mínimo 500 policiais, exclusivamente para o Estado de Santa Catarina, o que possibilitará aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, pelo incremento de policiais nos postos de fiscalização e a consequente reestruturação do efetivo na Regional, conforme recomendação constante de Relatório de Auditoria nº. 189595.

A 8ª Superintendência/SC, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.304 km de rodovias federais catarinenses, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

Ao longo de 2008, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.





O Exercício de 2008, assim como o de 2007, ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2008 custou ao Brasil R\$ 8.871.782.000,00.

No cumprimento da metas institucionais traçadas para o período de 2008, houve uma real intensificação da fiscalização por parte da 8ª SRPRF/SC, demonstrado pelo aumento significativo na aplicação de multas no ano de 2008, tendo sido registrado acréscimo na ordem de 30,12 % em relação aos números do ano de 2007, decorrentes da extração de 98.890 autuações (quadro 02), contra 75.999 autuações do ano anterior (quadro 01).

<b>RESUMO GERAL - 2007</b>			
<b>Regional: 8 SRPRF/SC - Período: 01/01/2007 a 31/12/2007</b>			
<b>ACIDENTES</b>			
<b>Sem Vítimas</b>	<b>Com Feridos</b>	<b>Com mortos</b>	<b>Total de Acidentes</b>
8257	5639	469	<b>14365</b>
<b>Pessoas Socorridas</b>	<b>Feridos</b>	<b>Mortos</b>	<b>Total de Vítimas</b>
440	9163	593	<b>9756</b>
<b>FISCALIZAÇÕES</b>			
<b>Autuações</b>	<b>Autos de Infração extraídos</b>	<b>CNH's Recolhidas</b>	
75999	75307	2017	
<b>Documentos Retidos</b>	<b>Veículos Retidos</b>	<b>Veículos Fiscalizados</b>	
6370	7398	351034	
<b>Animais Recolhidos</b>	<b>Auxílio Usuário</b>	<b>Escolta/ Batedor</b>	
12	4816	478	

Quadro 01 (Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário da Polícia Rodoviária Federal)

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com o aumento real na aplicação de autuações por infrações de trânsito, somado a intensificação do policiamento ostensivo através do patrulhamento das rodovias, registram-se alarmantes os números relativos à acidentes de trânsito em 2008, de modo que para 2009, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.





Entre os fatores conjunturais que contribuíram para os índices registrados nas rodovias federais destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, o que abarrotou as estradas federais, aumentando a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando o paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

<b>RESUMO GERAL - 2008</b>			
<b>Regional: 8 SRPRF/SC - Período: 01/01/2008 a 31/12/2008</b>			
<b>ACIDENTES</b>			
<b>Sem Vítimas</b>	<b>Com Feridos</b>	<b>Com mortos</b>	<b>Total de Acidentes</b>
8842	5926	440	<b>15208</b>
<b>Pessoas Socorridas</b>	<b>Feridos</b>	<b>Mortos</b>	<b>Total de Vítimas</b>
403	9389	523	<b>9912</b>
<b>FISCALIZAÇÕES</b>			
<b>Autuações</b>	<b>Autos de Infração extraídos</b>	<b>CNH's Recolhidas</b>	
98890	98776	1879	
<b>Documentos Retidos</b>	<b>Veículos Retidos</b>	<b>Veículos Fiscalizados</b>	
6248	8074	360663	
<b>Animais Recolhidos</b>	<b>Auxílio Usuário</b>	<b>Escolta/ Batedor</b>	
2	4354	404	

Quadro 02 (Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário da Polícia Rodoviária Federal)

Entretanto, é de suma importância registrar, que apesar do aumento do número de acidentes na malha rodoviária federal do estado de Santa Catarina, a 8ª SRPRF/SC comemora com grande satisfação, a redução do número de acidentes com mortos, e a consequente redução do número de vítimas fatais no trecho sob sua jurisdição, fruto do esforço coletivo e do planejamento operacional e administrativo.

Para o período de 2009, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, não logrará esforços em alcançar o seu objetivo em intensificar ainda mais a fiscalização, concentrando esforços na execução do patrulhamento ostensivo, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.





A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007, banco de dados que integra todos os DETRAN's do país, pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, no ano de 2008, foram fiscalizados em Santa Catarina 360.663 veículos, conforme se observa no quadro 02.

No período de 2008 foram realizadas incessantes operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais do estado, através da fiscalização contínua, tendo como resultado diversas apreensões, conforme demonstra o quadro 03.

<b>RESUMO GERAL 2008</b>					
<b>Regional: 8 SRPRF/SC - Período: 01/01/2008 a 31/12/2008</b>					
<b>APREENSÕES</b>					
<b>Drogas</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Contrabando</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Anfetamina / Barbitúricos	Unidade	0	Bebida	Litro	1565
Haxixe	Unidade	0	CD/VHS/DVD	Unidade	9535
Cocaina	Gramas	8824	Cigarro	Pacote	38016
Crack	Gramas	6639	Combustíveis	Litro	0
Lança-Perfume	Frasco	124	Equip.Informática	Unidade	390
Merla	Gramas	0	Eletrônicos	Unidade	1086
Maconha	Gramas	458482	Medicamentos	Unidade	5235
Pés de Maconha	Unidade	0			
Outras	Unidade	28	Outras	Unidade	8198
Diversas	Gramas	20	Diversos	Gramas	234
<b>Total de ocorrências</b>		<b>70</b>	<b>Total de ocorrências</b>		<b>108</b>

Quadro 03 (Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário da Polícia Rodoviária Federal)

Como defensora do meio ambiente, a 8ª SRPRF/SC também mostrou empenho em ações conjuntas com órgãos de proteção ambiental.

Em conformidade com o que demonstra o quadro 04, operou-se apreensões de madeira extraída de forma irregular, animais silvestres, pescados e outros, certificando a grande necessidade do aumento na fiscalização e dos esforços voltados a preservação ambiental.



RESUMO GERAL 2008		
Regional: 8 SRPRF/SC - Período: 01/01/2008 a 31/12/2008		
OUTRAS OCORRÊNCIAS		
Meio-Ambiente	Unidade	Quantidade
Animais Silvestres	Unidade	17
Carvão	m3	10
Madeira	m3	35
Pescados	kilo	2000
Transporte Incorreto de Substâncias Tóxicas	----	0
Outros	Unidade	2545
<b>Total de ocorrências</b>		<b>9</b>

Quadro 04 (Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário da Polícia Rodoviária Federal)

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. O *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil*, confeccionado anualmente pela Coordenação Geral de Operações/DPRF, também merece destaque.

O trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

RESUMO GERAL 2008			
Regional: 8 SRPRF/SC - Período: 01/01/2008 a 31/12/2008			
CRIANÇAS / ADOLESCENTES			
Criança / Adolescente vítimas de crimes		Criança / Adolescente infrator(a)	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Criança	1	Criança encaminhada	3
Adolescente	5	Adolescente apreendido	73
Total de menores vítimas	6	Total de menores infratores	76
Total de ocorrências de crime contra menores	4	Total de ocorrências de infração praticada por menores	50
Total de pessoas envolvidas	5	Total de pessoas envolvidas	42
Total de pessoas detidas	4	Total de pessoas detidas	46

Quadro 04 (Fonte: ROD – Relatório Operacional Diário da Polícia Rodoviária Federal)

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do





Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias, denominado Projeto Unidades de Auxílio ao Cidadão (UNACI), implantado desde setembro de 2008 na região metropolitana de Curitiba/PR.

Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real.

Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2008 ficará marcado pelo início da implantação do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com utilização de computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de



fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

Os veículos caracterizados, destinados ao patrulhamento ostensivo das rodovias, são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

O exercício de 2008 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do Órgão, de sorte que foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2008, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública. Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das



ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, a entorpecentes, a crimes contra o patrimônio foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, e que contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança.

O exercício de 2008 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando para a verdade e a justiça, cumprindo suas atribuições constitucionais com eficiência e eficácia.





## 2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A necessidade de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias federais é a grande missão da Polícia Rodoviária Federal, para isso a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, delimitou como seus objetivos primordiais a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Com o foco voltado a estes objetivos lançou-se mão de todos os esforços, sendo que uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi intensificar o patrulhamento ostensivo, alocando o máximo de policiais na rodovia, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Esta ostensividade do policiamento foi buscada com a utilização do cartão programa, expediente que estabelece o itinerário das tarefas que o policial deverá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa constam os deslocamentos e os locais na rodovia onde a viatura deverá estar posicionada para realizar operações de fiscalização, prevê ainda, além de trechos que deverão sofrer ronda, os horários específicos em que estas deverão ser realizadas.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF. Neste planejamento são verificados os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa e direciona o roteiro para intensificar o policiamento ostensivo nestes locais críticos.

A utilização de radares fotográficos para a fiscalização de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2008, houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.





No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2008, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou no exercício o Módulo I – Técnicas Policiais, Módulo II – Uso Legal e Progressivo da Força, Armamento e Tiro e Módulo III – Policiamento e Fiscalização Talão Eletrônico, ainda em desenvolvimento.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Entretanto a insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas e o contingenciamento das emenda parlamentares impediram maiores avanços nesse aspecto.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF. Devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

Por fim, foi efetuado reforço de efetivo nas Operações de Calendário 2008 (Carnaval, Semana Santa, Corpus Cristo, Tiradentes e Dia do Trabalhador) e consolidadas as diretivas de governo no combate a embriagues ao volante.





## 2.2.1. DIMINUIÇÃO DOS ACIDENTES E MORTES NAS RODOVIAS

### ESTRATÉGIA

A presença ostensiva do policial nas rodovias federais, sem dúvida alguma auxilia na diminuição do número de acidentes uma vez que o usuários ao avistar a figura do policial ou a viatura operacional reduzem a velocidade, na expectativa de não infringir alguma norma de trânsito.

Visando a permanência máxima possível de viaturas policiais nas rodovias, utilizou-se o expediente do cartão programa que é um itinerário dos pontos estratégicos em que o policial da escala deve estar posicionado ou em ronda com a viatura.

### DIFICULDADES

#### a) Falta de efetivo:

Não se pode ignorar a gritante deficiência de efetivo que aflige a direção do DPRF, com a diminuição gradativa do material humano por diversos motivos, na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Diversos postos nesta regional possuem apenas dois policiais de plantão, o que impossibilita o bom cumprimento das atividades normais e atendimento de ocorrências no decorrer do plantão. É política do DPRF que o policial não deve realizar qualquer trabalho sozinho, pois isso implicaria em risco a sua própria segurança, um mínimo de dois policiais e necessário para garantir a sua integridade física e a segurança da ocorrência.

Para tanto, o cumprimento do cartão programa deixa de ocorrer nos casos em que há necessidade da presença dos dois únicos policiais para atendimento de outra situação. Não ignoramos o fato de que por inúmeras vezes o policial desloca-se sozinho, pois quando duas ocorrências urgentes e emergenciais ocorrem simultaneamente, não resta outra alternativa.

Outro aspecto negativo para o cumprimento dessa estratégia seria a grande





quilometragem que cada Posto da PRF é responsável em patrulhar. Alguns postos tem mais de 300 km de circunscrição, enquanto o ideal seria no máximo 100 km. Com essa quilometragem reduzida o deslocamento do policial para atendimento de algum chamado seria abreviado e assim o seu retorno também seria mais rápido permitindo assim a otimização do tempo de trabalho e a realização de mais rondas e fiscalização.

Atualmente, além das inúmeras competências dos policiais rodoviários na operacionalidade como: atendimento de acidente, auxílio a usuário, fiscalização, aplicação de multas de trânsito, apreensão de armas, drogas e demais materiais, detenção de pessoas; cabe a ele também todo o trabalho administrativo que a função requer como: digitação de multas, elaboração do boletim de acidente, a digitação do boletim de acidente no sistema, relatório diário das atividades do posto PRF e das viaturas, atendimento aos usuários, recebimento de recursos de multas, liberação de veículos retidos entre outros. Todos os serviços devem ser realizados em cada plantão conforme a demanda apresentada em cada dia de trabalho e em dois policiais o tempo é exíguo.

Outro fator importante é que diversos policiais exercem as atividades da área meio (administrativa) para suprir a deficiência de pessoal para tanto. O quadro de pessoal da área administrativa também encontra-se totalmente deficitário, necessitando de mais servidores para dar conta dos trabalhos. Esses policiais deixam de estar na pista (rodovia) exercendo as atividades as quais foram treinados, para exercerem atividades de caráter administrativo para garantir a continuidade dos trabalhos na área operacional.

b) Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

Essa Regional apresentava diversas viaturas inativas devido a necessidade de manutenção, sem no entanto contar com disponibilidade orçamentária. No decorrer do ano enfrentamos diversas situações delicadas, quando da necessidade urgente de reparos em viaturas para garantir a continuidade mínima dos trabalhos dessa instituição, sem no entanto conseguirmos recursos para manutení-las.

A redução dos acidentes encontra-se prejudicada nesse programa quando a questão é acidentes em trechos urbanos. Observa-se que diversos acidentes são de atropelamento





ocorridos quando o pedestre de forma imprudente atravessa a rodovia sem atenção ou sem a utilização das passarelas. Não há a regulamentação quanto a conduta irregular do pedestre. Então, o cartão programa apresenta-se inoperante quando diz respeito aos acidentes com pedestres.

### ESTRATÉGIA

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito. Com a aplicação da multa, o usuário verifica que a sua infração foi detectada e conseqüentemente punida. Isso faz com que os usuários reduzam a velocidade tendo a expectativa de encontrar radares ao longo da rodovia e terem a garantia da punibilidade caso infrinjam a lei.

#### 2.2.2. REFORÇO NAS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE

### ESTRATÉGIA

A capacidade do policial na resolução correta de problemas, lhe traz mais segurança e proporciona-lhe satisfação no desempenho de suas funções. Baseado nisso a PRF tem trabalhado para permitir a constante capacitação de policiais nas ações de combate a criminalidade e demais áreas. Esses treinamentos são realizados por instrutores do quadro, capacitados, que repassam o seu conhecimento aos policiais mais novos na atividade e requalificam os antigos.

Em 2008, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, módulos I, II e III.

#### 2.2.3. MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES E VIATURAS

### ESTRATÉGIA

Objetivando a criação de ambientes de trabalho melhores em termos organizacionais e mesmo do aspecto físico buscou-se recursos junto ao DPRF para reformas de postos, delegacias e a Sede da 8ª SPRF/SC. Alguns postos distribuídos pelo estado encontram-se em





situações lamentáveis de espaço físico, degradação pelo tempo e operacionalidade. Os policiais para poderem trabalhar em determinadas situações reúnem esforços para remediar a situação calamitosa afim de exercerem suas funções no mínimo de salubridade.

A Sede dessa Regional apresenta graves problemas estruturais, hidráulicos e elétricos já detectados por comissões de policiais engenheiros civis e eletricitistas.

Embora as obras não estejam concluídas muito se avançou no período com relação a modernização da infra-estrutura do órgão, através da destinação orçamentária que proporcionou a satisfação de algumas das demandas mais urgentes.

#### DIFICULDADES

a) Recursos ordinários insuficientes para atender as várias necessidades de reformas:

Por diversas vezes foi pleiteado junto ao DPRF, recursos para atender as reformas e reparos nas Unidades dessa Regional. Por falta de recursos o repasse não pode ser efetuado na totalidade, hoje a demanda é elevada, mas deve ser considerado que as necessidades prementes já estão sendo atendidas.

#### ESTRATÉGIA

Esta Regional, bem como as demais Regionais, tem em sua frota de viaturas com quilometragens muito elevadas, muito tempo de uso, o que as tornam impróprias para o trabalho pois os custos para manutenção tornam-se elevados.

Considerando que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, a renovação da frota deveria ser realizada com a idade máxima de quatro anos para cada viatura, pois são veículos que percorrem inúmeros quilômetros diariamente, com diversidade de motoristas, cada um com perfil próprio de dirigibilidade, o que contribui para prejudicar ainda mais o estado de conservação do veículo.

Objetivando a renovação da frota constantes leilões de veículos oficiais vem sendo realizados para alienação de bens inservíveis. Esses veículos já não tinham mais condições de rodar por motivo de segurança e por motivos de economicidade, dessa forma cumprindo



orientações da administração, tendo em vista o alto custo de manutenção.

Mais uma vez, a escassez de recursos é determinante no insucesso da efetivação dessa estratégia. Haja vista os recursos insuficientes e por muito tempo houve falta de investimentos nesta área na medida ideal do atendimento.



## 2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS REGISTRADOS NO SIGPLAN

Os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo: **1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, **0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS** e **0750 – APOIO ADMINISTRATIVO**, seguem discriminados da seguinte forma:

2.1.1. PROGRAMA DE GOVERNO: 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.1.1.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA:

1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA PRF	
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.1.1.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA:

- 1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;
- 8623 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL;







- 8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

## 2.1.1.3. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

**Ação 1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telemática
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Telemática

As principais ações nesta ação dizem respeito ao provimento do órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico





e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

Destaca-se, ainda em 2008, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de todas as superintendências. Esta renovação possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico.

1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Aquisição de material permanente e equipamentos	62.369,50

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

## **Ação 8623 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**





1821 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local	

No exercício 2008 houve uma mudança de metodologia do DPRF no que diz respeito à área de infra-estrutura e a meta inicial que era de reformar 133 unidades foi revista.

Os recursos em exercícios anteriores eram pulverizados em pequenas intervenções que resolviam apenas parte dos problemas e, além de não se resultar em unidades de fato adequadas, em um curto intervalo de tempo uma nova intervenção se faria necessária.

Foi definido, então, que as regionais deveriam prioritariamente contratar empresas





especializadas para a elaboração de projetos executivos de reforma/ampliação de todos os seus postos, de tal forma que todas as demandas existentes fossem contempladas, e ao final da obra, cada posto fique plenamente adequado às atividades nele desenvolvidas.

Tais projetos garantiriam, além de informações mais precisas para o planejamento, maior qualidade no acompanhamento e execução das obras.

<b>1821 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR R\$</b>
Reforma do Posto de MARAVILHA	19.000,00
Reforma do Posto de XANXERÊ	31.350,00
Reforma do Posto de CAMPOS NOVOS	25.745,00
Reforma do Posto de VARGEM BONITA	20.975,00
Reforma do Posto de CONCÓRDIA	36.096,68
Manutenção da Delegacia de MAFRA	2.520,00
Projetos Executivo dos Postos	84.750,00
Projeto Executivo da Sede	144.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>364.736,68</b>

A nova metodologia resultará em obras mais vultosas, todavia, com maior durabilidade e eficácia no atingimento da meta estabelecida que é a adequação plena de todos os postos do DPRF, enfim, em obras de fato compatíveis com a dimensão dos problemas.

Assim, a previsão foi de se contratar os projetos em 2008 e executar a maior parte das obras só em 2009.

### **Ação 8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**





8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Telemática

Os principais objetivos da ação são os de manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicações e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, etc.

A rede da 8ª SRPRF/SC é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

✓ **INFOSEG**: sistema em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta





amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;

✓ **BR-Brasil:** ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolida o banco de dados de acidentes;

✓ **ALERTA:** de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos;

✓ **Sistema de Multas:** visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da PRF, já que os Estados não os compartilham entre si, razão pela qual há necessidade de sua implantação.

8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Materiais de tecnologia, informação e dados	25.936,20
Serviços de Frame-Relay e telefonia	1.379.139,66
DEA – Telefonia móvel	2.313,26
<b>TOTAL</b>	<b>1.407.389,12</b>

No ano de 2004, firmou-se o contrato da rede de dados, que prevê: 02 (dois) centros, sendo um no Departamento em Brasília/DF e o outro na sede da Superintendência em Fortaleza/CE, ambos com saída de internet e entre eles com 02 (dois) links, sendo um principal e um backup, utilizando Modo de Transferência Assíncrono (ATM).

O referido contrato contempla 02 (dois) links, um principal e um backup, interligando as sedes das regionais aos centros, conforme topologia abaixo. As regionais do sul, sudeste, centro-oeste, assim como Rondônia e Acre, são interligadas ao link principal de Brasília/DF e o backup a Fortaleza/CE, bem como, as regionais do norte e nordeste são





interligadas ao link principal de Fortaleza/CE e o backup a Brasília/DF, utilizando frame-relay. No contrato da rede nacional, também são atendidos 80 (oitenta) postos e delegacias, distribuídos em várias regionais.

Vale lembrar, que no ano de 2004, foram iniciados os contratos das redes regionais que tiveram continuidade em 2005, 2006, 2007 e 2008:

✓ 8ª SPRF/SC – Possui rede em 34 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 93 microcomputadores e 57 nos postos e 23 nas Delegacias.

✓ A topologia de rede atualmente utilizada será modificada, pois já está em andamento o projeto de migração para tecnologia de rede MPLS. Com essa migração irão desaparecer os links backups e teremos a incorporação de pontos de alguns contratos Regionais. Tal solução trará aumento dos links com redução de custo, bem como permitirá uma maior integração entre as redes devido a topologia *full-mesh* que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e *hub-and-spoke* para dados.

## 2.1.2. PROGRAMA DE GOVERNO: 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

### 2.1.2.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA:

0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de variação de acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de segurança nas Rodovias Federais
Público alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das Rodovias Federais





#### 2.1.2.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA:

- 2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL
- 2723 POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS
- 2816 SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- 2B11 MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA
- 4290 ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS
- 4526 OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS
- 4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
- 8692 EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS
- 86A1 PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA
- 8703 ATIVIDADE CORREICIONAL





## 2.1.2.3. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES:

**Ação 2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**

2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Legislação e Capacitação Pessoal

As principais ações dizem respeito a formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando, capacitando e qualificando os candidatos as atividades inerentes ao cargo.



Visa também capacitar e qualificar os quadros existentes na Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

O programa de atualização para o efetivo policial do quadro da 8ª SRPRF/SC, tem como objetivo padronizar e atualizar nossos policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades.

O Programa foi dividido em módulos de forma a ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o nosso regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas as Delegacias.

Nesta forma de capacitação utilizamos instrutores e multiplicadores das próprias regionais minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os instrutores.

Desta forma conseguimos atingir um grande número de policiais capacitados com um custo reduzido. O Projeto Corregedoria Participativa foi outra ação de capacitação executada nos mesmos moldes do programa de atualização policial, onde foram ministradas palestras em todas as nossas Delegacias com recurso destinado ao pagamento de diárias e deslocamentos apenas das equipes de instrutores. As principais despesas ocorridas em 2008 foram as seguintes, envolvendo diárias e deslocamentos aéreos:

2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Diárias	47.387,49
Material de consumo	1.032,50
Passagens aéreas	10.001,32
<b>TOTAL</b>	<b>58.421,31</b>



Os dispêndios com diárias e deslocamentos aéreos referem-se única e exclusivamente a área de capacitação dos Policiais Rodoviários Federais do órgão.

### **Ação 2723 POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**

<b>2723 POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS</b>	
<b>TIPO DA AÇÃO</b>	<b>PROJETO</b>
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	CORACI RICARDO FERNANDES VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local	Seções de Policiamento e Fiscalização





As principais ações visam promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

A maior despesa desta ação é a que trata da aquisição de material de consumo, o qual engloba os combustíveis que abastecem a frota da Regional. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da polícia rodoviária federal.

2723 POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Diárias	102.361,49
Materiais de consumo	1.172.015,26
Serviços	180.280,81
Aferição de etilômetros	18.365,00
Aquisição de materiais permanentes	117.539,65
<b>TOTAL</b>	<b>1.590.562,21</b>

As despesas com serviços, devido a manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. A 8ª SRPRF/SC tem procurado realizar um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões de viaturas inservíveis.

#### **Ação 2816 SERVIÇO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL**

2816 SERVIÇO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à





	Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Inteligência

O principal objetivo da ação visa, atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

A Área de Inteligência do órgão atua de forma bastante sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência do órgão, tendo como objetivo principal das atividades de inteligência a atuação preventiva no combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando condições para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública de forma a combater eficazmente o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o NUINT promover e mantém o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Goiás, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal em Goiás. As atividades de inteligências



desenvolvidas recentemente pela PRF/GO têm logrado um êxito positivo no combate ao crime.

Os principais dispêndios públicos nesta Ação ocorreram com o pagamento de diárias e passagens aéreas, conforme quadro a seguir:

2816 SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Diárias	10.816,56
Passagens aéreas	3.366,77
<b>TOTAL</b>	<b>14.183,33</b>

#### **Ação 2B11 MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIÁRIA**

2B11 MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIÁRIA	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.



Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Telemática

O objetivo desta ação visa garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.

Os recursos dessa ação foram utilizados basicamente na aferição e manutenção de equipamentos de fiscalização.

2B11 MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIÁRIA	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Aferição de radares	16.848,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.848,00</b>

Tais equipamentos medidores de velocidade, conhecidos como radares, são utilizados em nossas operações policiais de rotina do órgão ao longo das rodovias federais.



**Ação 4290 ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS**

4290 ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS e CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local	Seção de Recursos Humanos

A ação visa prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. Dentro das atividades de saúde nas rodovias federais sob fiscalização da 8ª SRPRF/SC, temos como principal gestão da Ação a realização dos Comandos Médicos de saúde preventiva realizadas ao longo das rodovias federais, cujo público alvo são os motoristas de caminhões, carretas, bitrens, etc.







4290 ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Material de consumo para comando de saude	1.112,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.112,00</b>

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela Ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração, com posterior distribuição para as Regionais. Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré - hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde.

#### **Ação 4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**

4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que



	extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC e CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Operações Especiais

A visa fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral, com a realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim.

Visa ainda a realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Das diversas operações policiais deflagradas ao longo das rodovias federais, houve um dispêndio com diárias operacionais na Ação em questão:

<b>4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR R\$</b>
Diárias	10.883,27





<b>TOTAL</b>	<b>10.883,27</b>
--------------	------------------

O Núcleo de Operações Especiais DA 8ª SRPRF/SC, no ano de 2008, desencadeou e participou de 08 (oito) Operações Especiais de Combate ao Crime, operações estas relacionadas pelo seu maior destaque, haja vista que a regra de atuação da unidade é a realização de operações regulares, atuando isoladamente ou com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais. Desta forma destacamos:

a) **OPERAÇÃO FARO I** - estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 007/2008 realizada na região da 5ª Delegacia em Lages no período de 12/03 à 14/03, com o objetivo reforçar a fiscalização e repressão ao contrabando e tráfico de drogas na região do Planalto Serrano;

b) **OPERAÇÃO LORO** – estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 021/2008 para o Transporte de presos de SC para RS, incluindo assaltante vulgo “Papagaio”, conforme OS 021/2008 – SPF;

c) **OPERAÇÃO FESTA DO PINHÃO** - estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 015/2008 realizada na região da 5ª Delegacia Lages de 16 à 25/05, com o objetivo reforçar a fiscalização e repressão à criminalidade na região do Planalto Serrano;

d) **OPERAÇÃO “FRONTEIRA SUL”** - estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 189/2008 e realizada na região da 8ª Delegacia em Chapecó de 28/05 à 07/06, com o objetivo reforçar a fiscalização e repressão à criminalidade na região da fronteira em Dionísio Cerqueira;

e) **OPERAÇÃO GUAÍRA** - estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 000/2008 e realizada na região de Guaíra/PR de 25/06 à 12/07, com o objetivo reforçar a fiscalização e repressão à criminalidade na região da fronteira;





f) **OPERAÇÃO FARO II** - estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 026/2008 e realizada na região da 8ª Delegacia em Lages de 21 à 27/07, com objetivo de combate ao tráfico de drogas, contrabando e descaminho, na região da 8ª Delegacia;

g) **OPERAÇÃO IMPACTO** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº OS 036/2008-CGO e realizada na região da 6ª SRPRF de 10 à 16/08, com o objetivo reforçar a fiscalização e repressão à criminalidade

h) **OPERAÇÃO FRONTEIRA SEGURA II**- estabelecida pela 8ª SRPRF/SC através da Ordem de Missão/SPF nº 036/2008 e Memo nº 0368/08, que institui a Operação Fronteira Segura II, realizada na região da 8ª Delegacia em Chapecó de 13 à 26/10, com o objetivo de combate ao tráfico de drogas, contrabando e descaminho, na região da 8ª Delegacia.

#### RESULTADOS OBTIDOS NO PERÍODO

4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS		
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		
Autuações CTB / Produtos Perigosos	Unidade	<b>431</b>
Autuações ANTT	Unidade	<b>00</b>
Veículos Retidos	Unidade	<b>26</b>
Escolta/Batedor	Unidade	<b>14</b>
Total de acidentes	Unidade	<b>19</b>

4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS		
COMBATE AO CRIME		
Drogas	Unidade	Quantidade
Anfetamina / Barbitúricos	Unidade	<b>00</b>





Haxixe	Unidade	00
Cocaína	Gramas	5026
Crack	Gramas	3098
Lança-Perfume	Frasco	00
Merla	Gramas	00
Maconha	Gramas	112100
Pés de Maconha	Unidade	00
<b>(caso outro tipo especifique)</b>	--	00

4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS		
COMBATE AO CRIME		
Contrabando	Unidade	Quantidade
Bebida	Litro	258
CD/VHS/DVD	Unidade	1750
Cigarro	Pacote	38388
Combustíveis	Litro	
Equipamentos de Informática	Unidade	
Eletrônicos	Unidade	
Medicamentos	Unidade	16850
<b>Moeda estrangeira</b>	Unidade	<b>US\$ 27.395,00</b>

4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS		
COMBATE AO CRIME		
Armas	Unidade	Quantidade
Revolver	Unidade	1
Pistola	Unidade	1
Espingarda	Unidade	
Fabricação caseira	Unidade	



Fuzil	Unidade	
Submetralhadora	Unidade	
Armas brancas	Unidade	
Simulacro (Armas de Brinquedo)	Unidade	50

**4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS****COMBATE AO CRIME**

Munições	Unidade	Quantidade
Calibre 22/32	Unidade	
Calibre 38	Unidade	
Calibre 40	Unidade	
Calibre 380	Unidade	
Calibre 762/308	Unidade	
Calibre 223/556	Unidade	
Calibre 9mm	Unidade	
<b>(caso outro tipo especifique)</b>		

**4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS****COMBATE AO CRIME**

Meio-Ambiente	Unidade	Quantidade
Animais Silvestres	Unidade	00
Carvão	m3	00
Madeira	m3	00
Pescados	kilo	00
<b>Palmito</b>	Vidro	615

**4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**



COMBATE AO CRIME		
Detenções	Unidade	Quantidade
Assaltante de Carga	Unidade	00
Assaltante ônibus	Unidade	00
Estrangeiros	Unidade	00
Mandado	Unidade	10
Tráfico de entorpecentes	Unidade	09
Roubo/Furto de veículos	Unidade	05
Contrabando/Descaminho	Unidade	27
Crimes de trânsito	Unidade	09
Crimes ambientais	Unidade	01
<b>Receptação de produto de furto</b>	Unidade	04
<b>Apropriação Indébita</b>	Unidade	01

Concluí-se que o desempenho no período de 2008 apresentou alta produtividade para a regional, com referência à operações especiais, principalmente considerando o efetivo reduzido empregado. Entretanto é perfeitamente possível realizar trabalhos em conjunto com outras instituições com excelentes resultados.

Mas ficou muito claro e latente o desgaste físico do efetivo devido a sobrecarga de atividades, a necessidade de incremento do efetivo é urgente, bem como da melhoria da estrutura operacional e equipamentos, principalmente no que diz respeito as Viaturas.

#### **Ação 4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE UALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO**

4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE UALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do





	crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

A Ação visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Visa também a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Os principais gastos realizados nesta ação foram os pagamentos com diárias e passagens aéreas a policiais rodoviários federais nos processos de capacitação, senão vejamos:

**4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE UALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO**

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
-----------	-----------







Diárias	14.599,56
Passagens aéreas	1.707,92
Taxa de inscrição em cursos	200,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.507,48</b>

Os resultados da ação podem ser considerados satisfatórios, porém, aquém das demandas por capacitação do órgão em função das restrições orçamentárias.

#### **Ação 8692 EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>8692 EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS</b>	
<b>TIPO DA AÇÃO</b>	<b>PROJETO</b>
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias, pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIAS
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

O objetivo da ação é aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural





do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais. Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

No atendimento desta atribuição, foram desenvolvidas diversas ações direcionadas ao público externo, sobre vários temas relacionados, tais como as principais causas dos acidentes de trânsito; reflexões sobre o comportamento e a violência no trânsito; legislação de trânsito, entre outros. Abaixo resumimos o total de ações de educação de trânsito realizadas:

AÇÕES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO REALIZADAS		
MÊS	AÇÕES REALIZADAS	PESSOAS ATINGIDAS
Janeiro	00	00
Fevereiro	02	91
Março	05	664
Abril	19	7.419
Maiο	04	203
Junho	13	731
Julho	16	946
Agosto	15	909
Setembro	35	5.827
Outubro	18	1.022
Novembro	14	3.952
Dezembro	02	80
<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>21.844</b>

Conforme pode-se observar pela tabela acima, durante os meses de abril, setembro e novembro foram atingidas muito mais pessoas que nos demais meses. Isso justifica-se porque, além dos comandos educativos regularmente realizados, foram realizadas ações específicas



como palestras em escolas e empresas e exposições ao público em geral.

Os principais dispêndios na ação em 2008 referem-se ao pagamento de diárias e deslocamento aéreo e foram os seguintes:

8692 EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Diárias	4.181,37
<b>TOTAL</b>	<b>4.181,37</b>

A receptividade verificada no público dos trabalhos desenvolvidos, bem como o envolvimento da equipe no desempenho das ações indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes.

#### **Ação 86A1 PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA**

86A1 PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais





Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Multas e Penalidades
Coordenador nacional da ação	JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Multas e Penalidades

A atividade de fiscalização de trânsito resulta, por vezes, na autuação do usuário das rodovias federais que esteja inobservando disposição do Código de Trânsito Brasileiro, o que desencadeia uma série de procedimentos com vistas a garantir o exercício do direito à defesa e a legalidade da imposição de penalidade ao infrator.

Nessa linha, a efetividade da sanção ao infrator consolida o duplo efeito almejado pelo legislador: o caráter punitivo e educativo. É sabido que a sensação de impunidade estimula a inobservância das regras de trânsito, motivo pelo qual a presente ação merece especial atenção.

86A1 PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Material de consumo	4.447,89
<b>TOTAL</b>	<b>4.447,89</b>

A principal despesa desta ação é o material de consumo utilizado para o processamento das notificações de autuação e de penalidade.

#### **Ação 8703 ATIVIDADE CORREICIONAL**

8703 ATIVIDADE CORREICIONAL	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do





Finalidade	DPRF/MJ e assegurar o cumprimento das Leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas e investigatórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local	Corregedorias Regionais

O objetivo da ação visa atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF/MJ e assegurar o cumprimento das Leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.

O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras e operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas. Para o próximo exercício, será estabelecido outro produto para a ação.

8703 ATIVIDADE CORREICIONAL	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Diárias	85.495,69
Passagens aéreas	9.022,29
<b>TOTAL</b>	<b>94.517,98</b>

Os principais dispêndios na ação em 2008 referem-se a deslocamentos da





Corregedoria Regional, no atendimento a convocações do DPRF/MJ em Brasília e a deslocamentos aéreos, ficando assim descritos:

Entre as ações preventivas, informe-se a realização, em todas Delegacias Regionais da 8ª SRPRF/SC, de palestras correicionais, inspeções correicionais (acompanhamento gerencial de serviço). Tais ações visam o ajustamento de conduta de servidores e desestimular ocorrência de infrações disciplinares, e, entre as atividades executadas, boa parte dos eventos não demandaram gastos com diárias ou com deslocamento de servidores.

### 2.1.3. PROGRAMA DE GOVERNO: 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

#### 2.1.3.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA:

0750 – APOIO ADMINISTRATIVO	
TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não existe
Gerente executivo	Não existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não existe
Público alvo	Governo

#### 2.1.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA:

- **2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**

#### 2.1.3.3. DESCRIÇÃO DA AÇÃO:

##### Ação 2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	
TIPO DA AÇÃO	PROJETO
	Constituir um centro de custos administrativos das unidades





Finalidade	orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento
Coordenador nacional da ação	ERINALDO RODRIGUES ROBERTO
Responsável pela execução da ação no nível local	Seção Administrativa e Financeira

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica,





material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

No entanto, o limite orçamentário do Órgão, segundo o DPRF/MJ, está estagnado desde 2007, o que na prática se mostra insuficiente para cobrir as despesas com o custeio, investimentos e os benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche e assistência médica). Tal restrição orçamentária inviabiliza os investimentos tão necessários ao reaparelhamento e modernização da 8ª SRPRF/SC, podendo comprometer as metas previstas no PPA 2008/2011.

Também são adquiridos na citada ação os seguintes materiais permanentes: móveis, aparelhos e utensílios domésticos, veículos administrativos, coleções e materiais bibliográficos, peças não incorporáveis a imóveis, máquinas e equipamentos energéticos.

Essas despesas compreendem ainda os serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

A maior parte dos recursos desta ação é para pagamento dos contratos de terceirização de mão de obra, de forma que dentro da gestão desta ação, temos as mais diversas de despesas, todavia, informaremos a seguir as de maior relevância para a Unidade:







2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Bolsa auxiliar de estágio (CIEE)	8.354,66
Diárias	93.242,27
Materiais de consumo	71.972,94
Passagens aéreas	40.452,06
Serviços terceirizados (limpeza, vigilância e apoio administrativo)	1.834.371,20
Serviços públicos (água, luz e outros)	584.994,37
Obrigações tributárias contributivas (taxas, COSIP, CIP)	26.562,00
DEA (DPVAT e Licenciamentos de veículos)	823,65
Ajuda de custo	51.009,76
Publicações (IN e Radiobras)	43.560,00
DEA Publicações (IN e Radiobras)	4.286,26
Aquisição de materiais permanentes e equipamentos	145.922,35
<b>TOTAL</b>	<b>2.912.458,62</b>

Não há como analisar os resultados da Ação em questão, apenas podemos afirmar que as metas pactuadas foram atendidas em quase sua totalidade. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias.

Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.

A presente Ação não possui meta física, mas o DPRF/MJ pretende criar indicadores que mensurem a adequação das Unidades Gestoras à logística necessária para o desempenho dos serviços administrativos, considerando as deficiências estruturais e de pessoal.

O Coordenador desta ação em Brasília/DF procurou adequar os custos administrativos, visando à alocação de mais recursos nos Programas Finalísticos, sempre analisando a relação custo-benefício e sem comprometer o funcionamento da área meio.

Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem





ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa; quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).



## 2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.4.1. INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

- PROGRAMA 0663 - Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
- PROGRAMA 1386 - Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
- PROGRAMA 0750 - Não há indicador

#### OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

O objetivo do **Programa 0663** é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O objetivo do **Programa 1386** é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais.

O objetivo do **Programa 0750** é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal.

### 2.4.2. NOME, DESCRIÇÃO E TIPO DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME DAS CONTAS

#### PROGRAMA 0663

**Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais** – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia) Fórmula de Cálculo:

$Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$ , responsável pelo cálculo: SPF





**Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais** – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)  
Fórmula de Cálculo:

$Ia = (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$ , responsável pelo cálculo: SPF

*Obs:* As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

#### PROGRAMA 1386

**Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas** – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI - Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia) Fórmula de Cálculo:

$Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$ , responsável pelo cálculo: SAF

#### 2.4.3. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

2.4.3.1. PROGRAMA 0663 - METAS FÍSICAS: REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E MORTES EM RELAÇÃO A 2007

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS		
ANO	Nº MORTOS	Nº DE VÍTIMAS
2007	593	9.163
2008	523	9.389
Fórmula de Cálculo: <b>Índice de Mortalidade(2007)</b> = $(593/9163) \times 100 = 6,47\%$		
Fórmula de Cálculo: <b>Índice de Mortalidade(2008)</b> = $(523/9389) \times 100 = 5,57\%$		

Houve uma significativa redução no índice de mortalidade nas rodovias federais em 2008, em comparação apurado em 2007, ou seja, de 6,47% reduziu-se para 5,57%. Essa redução se deu em razão das estratégias desenvolvidas no plano de ação.

As operações policiais desencadeadas pelo Núcleo de Operações Especiais e os





núcleos operacionais das 08 (oito) Delegacias Regionais foram dirigidas não somente na aplicação do Código Brasileiro de Trânsito, mas também ao combate aos vários tipos de crimes que ocorrem ou que se originam nas rodovias federais, tais como o roubo de cargas, roubo de veículos, resultando nos números positivos apresentados.

#### Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS	
ANO	Nº ACIDENTES REGISTRADOS
2007	14.365
2008	15.208

Fórmula de Cálculo: *Índice de Variação de Acidentes* =  $(N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1 \times 100 = Ia = (15208/14365) - 1 \times 100 = 5,86\%$

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados.

Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico



de seres humanos, etc).

Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo;
- Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito;
- Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

#### 2.4.3.2. PROGRAMA 1386 – METAS FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES

O indicador de desempenho para este Programa é o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se mensurar a % de postos com a estrutura física, de Tecnologias da Informação e de Transporte adequado





## COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

## 8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – SC

	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE				
	ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR	SOMA PONTOS
<b>1º DELEGACIA - São José</b>					
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	1	1	1	1	1,00
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	1	1	1	1	1,00
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	1	1	1	1	1,00
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	1	1	1	1	1,00
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>					
POSTO ½ – Tubarão	1	0	1	1	0,75
POSTO 2/2 – Araranguá	1	0	1	1	0,75
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	0	0	0	0,25
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>					0
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1	1	1,00
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1	1	1,00
POSTO F.8.330/GUARAIMIRIM	1	0	0	1	0,50
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	1	0	1	1	0,75
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>					
POSTO ¼ – Blumenau	0	0	0	0	0
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1	1	1
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>					0
POSTO 1/5 – Lages	0	0	0	0	0
POSTO 2/5 – Capão Alto	1	1	1	1	1
POSTO 3/5 – Ponte Alta	1	1	1	1	1
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>					0
POSTO 1/6 – Mafra	0	0	0	0	0
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1	1	1
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	0	1	0	0	0,25
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>					0
POSTO 1/7 – Campos Novos	0	0	1	0	0,25
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	0	0	1	0	0,25
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	0	1	1	1	0,75
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>					
POSTO 1/8 – Xanxerê	0	1	0	1	0,5
POSTO 2/8 – Maravilha	1	1	1	1	1
<b>24 POSTOS</b>					
<b>TOTAL DO SUB-INDICADOR</b>	<b>66,67%</b>	<b>58,33%</b>	<b>70,83%</b>	<b>70,83%</b>	<b>66,67%</b>

Total de postos adequados Fisicamente: 66,67%





## COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

## 8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – SC

	POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI			
	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3
1º DELEGACIA - São José				
POSTO 01 - CIDA DE BIGUAÇU	1	0	1	0,67
POSTO 02 - CIDA DE PALHOÇA	1	0	1	0,67
POSTO 03 - CIDA DE ITAPEMA	1	0	1	0,67
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	1	0	1	0,67
2º DELEGACIA – Tubarão				
POSTO ½ – Tubarão	1	1	1	1,00
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1	1,00
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	1	1	1,00
3º DELEGACIA – Joinville				
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1	1,00
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1	1,00
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	1	1	1,00
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	1	1	1	1,00
4º DELEGACIA – Rio do Sul				
POSTO ¼ – Blumenau	1	1	0	0,67
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	0	0,67
5º DELEGACIA – Lages				
POSTO 1/5 – Lages	1	1	0	0,67
POSTO 2/5 – Capão Alto	1	0	0	0,33
POSTO 3/5 – Ponte Alta	1	1	0	0,67
6º DELEGACIA – Mafra				0,00
POSTO 1/6 – Mafra	1	1	1	1,00
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1	1,00
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	1	1	1	1,00
7º DELEGACIA – Joaçaba				0,00
POSTO 1/7 – Campos Novos	1	0	0	0,33
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	1	0	0	0,33
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	1	0	0	0,33
8º DELEGACIA – Chapecó				
POSTO 1/8 – Xanxerê	1	0	1	0,67
POSTO 2/8 – Maravilha	1	1	0	0,67
24 POSTOS				
TOTAL DO SUB-INDICADOR	100,00%	62,50%	62,50%	75,00%

Total de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação: 75,00%







## COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

## 8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – SC

	POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS		
	QUANTIDADE SUFICIENTE ?	IDADE ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2
<b>1º DELEGACIA - São José</b>			
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	0	1	0,5
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	0	1	0,5
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	0	1	0,5
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	1	1	1
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>			
POSTO ½ – Tubarão	1	1	1
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	1	1
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>			
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	1	1
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	1	1	1
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>			
POSTO ¼ – Blumenau	1	1	1
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>			
POSTO 1/5 – Lages	0	1	0,5
POSTO 2/5 – Capão Alto	0	0	0
POSTO 3/5 – Ponte Alta	0	0	0
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>			0
POSTO 1/6 – Mafra	1	1	1
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	1	1	1
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>			0
POSTO 1/7 – Campos Novos	1	0	0,5
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	1	0	0,5
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	1	0	0,5
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>			
POSTO 1/8 – Xanxerê	1	0	0,5
POSTO 2/8 – Maravilha	1	0	0,5
<b>24 POSTOS</b>			
<b>TOTAL DO SUB-INDICADOR</b>	<b>75,00%</b>	<b>70,83%</b>	<b>72,92%</b>

Total de postos adequados quanto a Viaturas: 72,92%





## COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

## 8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – SC

	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
	QUANTIDADE MÉDIA DE POLICIAIS NA ESCALA EM 2008	QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO	O PÁTIO PARA GUARDA DE VEÍCULOS É CERCADO ?
<b>1º DELEGACIA - São José</b>				
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	4	2	SIM	SIM
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	3	1	SIM	NÃO
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	3	1	SIM	NÃO
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	2	1	NÃO	NÃO
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>				
POSTO ½ – Tubarão	4	2	Não	Não
POSTO 2/2 – Araranguá	4	2	Não	Não
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	3	2	Não	Não
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>				
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	3	2	SIM	NÃO
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	3	2	SIM	NÃO
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	2	1	NÃO	NÃO
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	2	1	SIM	NÃO
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>				
POSTO ¼ – Blumenau	4	3	NÃO	NÃO
POSTO 2/4 – Rio do Sul	4	3	SIM	NÃO
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>				
POSTO 1/5 – Lages	3	1	NÃO	NÃO
POSTO 2/5 – Capão Alto	2	1	SIM	NÃO
POSTO 3/5 – Ponte Alta	3	1	SIM	NÃO
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>				
POSTO 1/6 – Mafra	2	2	NÃO	NÃO
POSTO 2/6 – Santa Cecília	2	2	SIM	NÃO
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	2	2	NÃO	NÃO
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>				
POSTO 1/7 – Campos Novos	3	2	SIM	NÃO
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	3	2	SIM	NÃO
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	2	2	SIM	NÃO
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>				
POSTO 1/8 – Xanxerê	3	3	SIM	NÃO
POSTO 2/8 – Maravilha	3	2	SIM	NÃO

24 POSTOS

TOTAL DO SUB-INDICADOR

$$Icaif = (66,67 \% + 75,00 \% + 72,92\%)/3 = 71,53\%$$





**COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS = 71,53**

*COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS = Total de postos adequados Fisicamente + Total de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação + Total de postos adequados quanto a Viaturas: **Icaif = (66,67 % + 75,00 % + 72,92%)/3 = 71,53%***

O indicador informa que 71,53% dos postos da 8ª SRPRF/SC estão adequados fisicamente, ou seja, ainda existem outras ações de reforma das bases operacionais que compõem a estrutura do órgão que necessitam ser executadas.

Entretanto, ao analisar os índices apresentados no período de 2007, qual sejam de 53,70% dos postos adequados fisicamente, registra-se uma melhoria significativa, pois no período de 2008 passou-se ao indicador de 71,53% de adequação.

Para 2009 os esforços continuarão concentrados na busca de uma completa adequação das instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social visando propiciar condições ideais de trabalho aos servidores no desempenho de suas funções.

#### 2.4.3.3. PROGRAMA 0750 - METAS FÍSICAS:

ESTE É UM PROGRAMA COMUM A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Para este tipo de programa (Apoio Administrativo) não existem indicadores e metas físicas.





#### 2.4.4. DESCRIÇÃO DAS DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS DETECTADAS E AS PRINCIPAIS MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO E SEUS RESPONSÁVEIS

##### 2.4.4.1. PROGRAMA 0663

#### DISFUNÇÃO ESTRUTURAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS TRAÇADOS

Considerando o aumento do número de acidentes registrados e a redução no número de mortos em relação aos números apurados em 2007, entendemos que os objetivos e metas do programa em questão foram atingidos satisfatoriamente.

Os objetivos e metas traçados para o programa em questão foram alcançados, entende-se que o órgão deve intensificar os procedimentos operacionais atualmente em utilização para a melhoria e manutenção dos resultados obtidos.

#### RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Para melhorar o desempenho os procedimentos da área operacional deverão continuar a serem aplicados de forma a melhorar a eficiência e eficácia das ações desenvolvidas.

A Seção de Policiamento e Fiscalização é a seção responsável pela implementação das medidas para o exercício de 2009.

##### 2.4.4.2. PROGRAMA 1386

#### DISFUNÇÃO ESTRUTURAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS TRAÇADOS.

Considerando que as demandas para 2008 foram atingidas parcialmente, entendemos que os objetivos e metas traçados restaram um pouco prejudicados em função das restrições orçamentárias e financeiras impostas ao nosso órgão central, DPRF/MJ.

Todavia, estão previstos para 2009 um volume maior de recursos a serem





dispendidos com investimentos na reforma de nossas bases operacionais.

#### MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

Procurar manter atualizado o nosso órgão central das necessidades de investimentos no programa em questão para o exercício de 2009, cobrando pela descentralização de recursos orçamentários e intensificando o Planejamento Administrativo do Órgão.

#### RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS.

Considerando que os objetivos e metas traçados foram atingidos parcialmente, os procedimentos da área administrativa e financeira deverão ser intensificados e aprimorados visando uma melhor forma de gerir os recursos escassos em função das demandas ilimitadas.

A Seção Administrativa e Financeira é a seção responsável pela implementação das medidas para o exercício de 2009.

#### 2.4.4.3. PROGRAMA 0750

Não há como analisar os resultados do programa em questão, pois não existe uma meta física a ser pactuada. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias. Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.



## 2.5. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

A 8ª SRPRF/SC tem pautado sua atuação no controle das despesas correntes do Programa 0750 – Apoio Administrativo, na otimização dos recursos, além de buscar junto ao DPRF a ampliação dos limites orçamentários, buscando investir no reaparelhamento da Regional e em novas tecnologias.

Tal conduta contribui para o atingimento das metas e objetivos dos programas finalísticos: 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.

<b>GASTOS GERAIS DA REGIONAL</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL 2008</b>
1. PASSAGENS	86.762,43
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	587.447,10
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	---
3.1. Publicidade (Imprensa Nacional e Radiobrás)	43.560,00
3.2. Apoio Adm, Vigilância, Limpeza e Conservação	1.834.371,20
3.3. Tecnologia da Informação	1.469.758,62
3.4. Outras terceirizações (CIEE)	14.258,76
3.5. Suprimento de Fundos	---
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	1.638,52
<b>TOTAL</b>	<b>4.037.796,63</b>

Com a passagem de um exercício financeiro para o outro a expansão dos gastos é inevitável, impactada principalmente por conta da repactuação dos contratos continuados, reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, reforma das unidades de atendimento ao cidadão, ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal (ex.: fiscalização da venda de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais) e o aumento natural do fluxo de veículos.

A restrição orçamentária a qual está submetido o Órgão, compromete a qualidade dos





serviços prestados e o cumprimento de suas atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização de investimentos, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos e a construção de novos pontos de atendimento.

Quanto à força de trabalho, outra adversidade enfrentada pelo DPRF é a falta de servidores da carreira de apoio administrativo, o que aumenta consideravelmente a despesa com locação de mão-de-obra, através de contratos terceirizados, além de comprometer sobremaneira o funcionamento da área meio.

Portanto, é premente a necessidade de revisão dos limites orçamentários transferidos ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal bem como a autorização de concursos para a carreira de apoio administrativo.



## 2.6. ARRECADAÇÃO DE MULTAS

A intensificação da fiscalização de trânsito decorrente das últimas operações realizadas pela 8ª SRPRF/SC, resultou na redução de acidentes com mortos e feridos, impactando consideravelmente no aumento do número de notificações de autuação, conforme se observa nos quadros 01 e 02 do item 2.1 deste relatório, demonstrado um aumento significativo na aplicação de multas no ano de 2008, tendo sido registrado acréscimo na ordem de 30,12 % em relação aos números do ano de 2007, decorrentes da extração de 98.890 autuações (quadro 02), contra 75.999 autuações do ano anterior (quadro 01).

Impulsionada pela implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), administrado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/Ministério das Cidades), foi possível a cobrança das multas pendentes da Polícia Rodoviária Federal, que não possuía meio coercitivo para realizar tal cobrança.

ARRECADAÇÃO DE MULTAS				
PERÍODO	2006	2007	2008	VARIAÇÃO %
TOTAL DO ANO	3.956.638,17	23.596.874,34	14.037.635,97	(-) 40,51

Em que pese haver um expressivo aumento no número de notificações de trânsito, no ano de 2008 em relação ao ano de 2007, os valores não refletem esta realidade, demonstrando uma redução de 40,51% na arrecadação.

Este fato se deu pelo acúmulo do número de processos de defesa de autuação, referentes a autuações aplicadas no ano de 2006, cujos valores não foram recolhidos até a solução dos recursos.

Para sanar esta deficiência, esta regional concentrou esforços no julgamento das defesas de autuações, com a criação de Comissões específicas para esse fim, utilizando um esforço extraordinário de servidores, que em regime de mutirão, julgaram 16.000 processos no ano de 2007, possibilitando a cobrança dos valores.

Ressaltamos com a ocorrência de arrecadação, amplificam-se proporcionalmente os





custos referentes ao processamento das multas aplicadas. Verifica-se que mesmo diante do acréscimo na receita proveniente de multas, não sobreveio contrapartida compatível. Caso não haja revisão e o conseqüente aumento dos limites orçamentários do Órgão, este deverá optar entre custear as despesas de processamento de multas ou custear as despesas de garantia de funcionamento.

Conforme determinação expressa do Art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 191/2006, a União deveria aplicar os recursos relativos à arrecadação de multas de trânsito, exclusivamente em sinalização, engenharia de trânsito, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. No entanto, tal dispositivo nunca foi observado, sendo os recursos utilizados inclusive para custeio de despesas obrigatórias.

Cabe à Administração Pública Federal arcar com as despesas obrigatórias e administrativas da 8ª SRPRF/SC, com recursos ordinários, Fonte 0100, a exemplo do que ocorre nas demais Unidades do Poder Público Federal.

Dessa forma, não resta dúvida que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito aplicadas pela instituição, na forma do Art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, deverá ser aplicada exclusivamente nas ações de policiamento e fiscalização do órgão, abrangendo, assim, as atividades operacionais de segurança, construção, reforma e ampliação de unidades operacionais, modernização, renovação e ampliação da frota de veículos e equipamentos, tais como: aquisição de radares, coletes balísticos, etilômetros, armamentos, viaturas de resgate, socorro e salvamento e aparelhos de telecomunicações, entre outros.

## **2.7. GASTOS NA MANUTENÇÃO DA FROTA**

Pautada na missão de intensificar constantemente a transparência e a coerência dos gastos públicos, a 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem atuado firmemente no sentido de controlar gastos desnecessários, cumprindo suas atribuições regimentais em consonância com a legislação vigente.

Visando editar seus atos na mais estrita observância dos princípios da legalidade,





impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem no entanto negligenciar a execução de suas competências, a 8ª SRPRF vem administrando com sensatez e parcimônia os recursos que lhe são destinados.

Desta forma, esta regional não tem medido esforços para suprir da manutenção necessária, a sua frota de veículos, de forma a garantir os meios indispensáveis para que o Policial desempenhe a contento a atividade fim da Polícia Rodoviária Federal, garantindo-lhe assim conforto, segurança e boas condições de trabalho.

Neste prisma, em 2008 se observou a necessidade de regular um efetivo controle com relação a gestão dos contratos firmados com empresas encarregadas da manutenção das viaturas, agindo exclusivamente com o objetivo de administrar com maior racionalidade os valores dispendidos, gerenciar com eficiência os serviços efetuados pelas empresas e fiscalizar a manutenção preventiva da frota de veículos da 8ª SRPRF.

Como ponto de partida na implantação deste Plano de saneamento dos gastos com manutenção de veículos da frota, foi criada uma Comissão de Análise e Fiscalização de Gastos com Manutenção de Viaturas, solicitada a aquisição de um software para o gerenciamento da frota de veículos, encaminhado ao NUCAP a solicitação de ministração de Curso de Motorismo, e, editada uma instrução de serviço que define e regulamenta aspectos concernentes à utilização de veículos oficiais no âmbito da 8ª SRPRF.

GASTOS NA MANUTENÇÃO DA FROTA			
MÊS	2007	2008	VARIAÇÃO %
JANEIRO	60.624,72	42.650,42	-29,65
FEVEREIRO	97.879,66	60.513,09	-38,18
MARÇO	50.719,28	48.312,65	-4,74
ABRIL	64.657,81	94.079,96	45,50
MAIO	59.339,78	41.630,93	-29,84
JUNHO	57.450,84	44.277,34	-22,93
JULHO	60.735,44	88.986,35	46,52





AGOSTO	32.611,05	38.131,94	16,93
SETEMBRO	43.222,65	36.381,04	-15,83
OUTUBRO	73.951,98	50.617,14	-31,55
NOVEMBRO	55.891,02	35.922,99	-35,73
DEZEMBRO	224.305,35	116.072,28	-48,25
<b>TOTAIS</b>	<b>881.389,58</b>	<b>697.576,13</b>	<b>-20,86</b>

Em resposta as ações desencadeadas se observa uma expressiva redução de 20,86% nos gastos com manutenção e reparos.

Esta redução se deve precipuamente ao comprometimento desta administração, em fiscalizar o serviço terceirizado, controlar os gastos, e principalmente, em responsabilizar os culpados em casos de avarias pela má condução veicular.

Deve ser considerada ainda, a aquisição de viaturas novas decorrer do exercício de 2008, sendo prontamente empregadas em suas atividades policiais, aumentando as despesas com manutenção, uma vez que suas Garantias de fábrica expiram muito rápido devido ao intenso uso.

Tal aquisição decorreu em grande parte dos leilões anuais (onde as viaturas consideradas antieconômicas, inservíveis e irrecuperáveis foram levadas à hasta pública) que angariou recursos destinados a aquisição de novas viaturas.

Sem olvidar as limitações orçamentárias para dispêndio com a manutenção, pois possuímos um lastro no contrato e outro na dotação orçamentária, que nos obriga a administrar os recursos escassos em relação às demandas por manutenção, o desgaste natural da frota exige uma maior resposta para conserto.



## 2.8. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, a 8ª SRPRF/SC tem implementado, efetivamente, ações que visam melhorar a atuação dos gestores dos contratos públicos celebrados.

No exercício de 2008, com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de consequência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente (quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos no exercício de 2008, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato.

Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a preparação da nova licitação.

Em contrapartida, cabe a Seção Administrativa e Financeira promover a capacitação





dos fiscais e gestores, bem como acompanhar, auxiliar e fiscalizar a atuação destes, dentro das suas atribuições na gestão dos contratos.



### **3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

**Não aplicável à unidade no exercício de 2008.**



#### 4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Execução de restos a pagar no exercício de 2008 por ano de inscrição no SIAFI.

Ano de inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	-	-	-	-	711.157,36	22.611,69	688.050,67	495,00
2007	495,00	-	-	-	1.252.260,58	34.550,07	1.213.946,51	3.764,00
2008	-	-	495,00	-	2.743.161,73		859.916,13	1.883.245,60
<b>Total</b>	<b>495,00</b>	<b>-</b>	<b>495,00</b>	<b>-</b>	<b>4.706.579,67</b>	<b>57.161,76</b>	<b>2.761.913,31</b>	<b>1.887.504,60</b>

**Nota:**

- Devem ser informados os valores constantes do SIAFI dos últimos três exercícios;
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
  - as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
  - discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

A permanência do valor de R\$ 495,00, referente à Restos à Pagar Processados, inscrito no exercício de 2007 e oriundo do exercício de 2006 com a nota de empenho nº 06NE90001, se deu devido a irregularidades nos dados bancários da Empresa RESFRIAR MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, CNPJ nº 06.324.836/0001-28.

Somente no exercício de 2008 a Empresa RESFRIAR MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, CNPJ nº 06.324.836/0001-28, regularizou seus dados bancários, de forma que o pagamento foi efetivado em 14/08/2008.

A permanência do valor de R\$ 3.764,00, referente à Restos à Pagar Não Processados, inscritos no exercício de 2008 e oriundos do exercício de 2007, com a nota de empenho nº 07NE900868, valor R\$ 3.460,00 para aferição de etilômetros, se deu devido a aferição não efetuada por defeitos no equipamento; e, nota de empenho 07NE901097, valor de R\$ 304,00 para emissão de 2ª via de CRV de veículos, os quais foram leiloados.



**5. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDO, AJUSTE,  
TERMO DE PARCERIA OU OUTROS**

**Não aplicável à unidade no exercício de 2008.**





## **6. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

**Não aplicável à unidade no exercício de 2008.**



POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



## **7. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**

**Não aplicável à natureza jurídica da UJ**





## **8. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA**

**Não aplicável à natureza jurídica da UJ**

**9. DESPESAS COM CARTÕES DE CRÉDITO**

Conforme demonstrativo abaixo, no exercício de 2008 foram concedidos créditos no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), sendo que foram aplicados apenas R\$ 1.638,52 (um mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos) em despesas realizadas mediante o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, conforme segue.

A utilização deste tipo de contratação esta restrita à situações obriguem a administração a realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal.

<b>DESPESAS COM CARTÕES DE CRÉDITO</b>			
<b>Portador 807.831.557-00 NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA:</b>			
CNPJ/Razão Social [Nome Fantasia]	Data Gasto	Data Banco	VALOR
<b>04.900.655/0001-77 ADRIANO ESPINDOLA EPP [DIAMANTE PET SHOP E AQUARIUM]</b>	29/10/2008	30/10/2008	134,75
<b>83.240.333/0015-10 COM FERRAGENS MILIUM LTDA</b>	16/10/2008	17/10/2008	25,60
<b>83.432.930/0001-41 VIDRACARIA FLORIANOPOLIS LTDA ME</b>	04/09/2008	05/09/2008	474,00
<b>TOTAL DO PORTADOR</b>			<b>634,35</b>
<b>Portador 016.811.379-17 MARCEL MATIAS PONTES:</b>			
CNPJ/Razão Social [Nome Fantasia]	Data Gasto	Data Banco	VALOR
<b>83.432.930/0001-41 VIDRACARIA FLORIANOPOLIS LTDA ME</b>	27/11/2008	28/11/2008	129,00
<b>00.781.381/0001-93 CPA - COM DE PRODUTOS ANIMAIS LTDA ME [GREEN CROSS]</b>	17/11/2008	18/11/2008	76,00
<b>75.400.218/0001-32 CASSOL MAT DE CONSTRUCAO LTDA</b>	17/11/2008	18/11/2008	58,90
<b>85.392.678/0001-10 NACIONAL FERRAGENS &amp; FERRAMENTAS LTDA ME [NACIONAL FERRAGENS]</b>	28/10/2008	29/10/2008	60,00
<b>07.475.095/0001-49 CASARAO DOS REPAROS LTDA ME [CASARAO DOS REPAROS]</b>	24/10/2008	27/10/2008	40,25
<b>83.240.333/0002-04 COM FERRAGENS MILIUM LTDA</b>	23/10/2008	24/10/2008	102,55
<b>83.240.333/0015-10 COM FERRAGENS MILIUM LTDA</b>	15/09/2008	16/09/2008	25,60
<b>75.400.218/0004-85 CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA</b>	22/08/2008	25/08/2008	99,69
<b>83.240.333/0015-10 COM FERRAGENS MILIUM LTDA</b>	22/08/2008	25/08/2008	38,40
<b>83.240.333/0015-10 COM FERRAGENS MILIUM LTDA</b>	14/08/2008	15/08/2008	41,98



83.240.333/0015-10 COM FERRAGENS MILIUM LTDA	12/08/2008	13/08/2008	51,20
<b>TOTAL DO PORTADOR</b>			<b>723,57</b>
<b>Portador 560.222.479-34 MANOEL FERNANDES BITENCOURT:</b>			
CNPJ/Razão Social [Nome Fantasia]	Data Gasto	Data Banco	VALOR
82.699.588/0001-88 ZEUS DO BRASIL LTDA [ZEUS DO BRASIL]	14/08/2008	15/08/2008	280,60
<b>TOTAL DO PORTADOR</b>			<b>280,60</b>
<b>TOTAL DA DESPESA NO EXERCÍCIO</b>			<b>1.638,52</b>

Observa-se que a sua utilização foi para o pagamento de despesas realizadas com a compra de material e prestação de serviços de interesse da Administração, caracterizadas como emergenciais, bem como para o atendimento de despesas eventuais que exigiam pronto pagamento.

No exercício de 2008 houveram 12 concessões de suprimento de fundos, entretanto apenas os portadores listados acima aplicaram parte dos valores liberados, o restante dos supridos não utilizaram o Cartão de Pagamento do Governo Federal.



## **10. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

**UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: 8ª SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO Nº: 208284**

**ITENS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:**

**1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (003)**

Assinatura de contrato e de aditivos, por dispensa de licitação, sem a correta instrução processual, sem o adequado levantamento de preço de mercado e sem atender às diversas recomendações da assessoria jurídica.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

Atender tempestivamente às recomendações da assessoria jurídica, justificando a impossibilidade do atendimento, quando for o caso.

**RECOMENDAÇÃO: 002**

Envidar esforços junto ao Órgão Central para viabilizar a construção de um espaço próprio, com as condições adequadas à prestação do serviço à sociedade, uma vez que o aluguel que está sendo pago, a médio prazo, poderá ser equivalente ao próprio custo da construção.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

**Providências a serem Implementadas**





- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

**No tocante a Recomendação n. 01**, a Administração intensificará esforços para após emissão do parecer da assessoria jurídica, solicitar a área competente o saneamento processual conforme as recomendações e emissão de despacho nos autos quanto ao atendimento integral das recomendações ou justificativa da impossibilidade do atendimento.

**No tocante a Recomendação n. 02**, a Administração encaminhará solicitação ao DPRF para viabilizar a construção de hangar no estado.

**Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediato.**

#### **1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (010)**

Não atendimento de recomendação da CGU, referente à revisão dos contratos de manutenção de veículos.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Quando da conclusão da revisão de todos os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, serviços de lataria, pintura e estofaria, e os respectivos pagamentos realizados, elaborar relatório da Comissão instituída, incluindo comprovante, se houver, de restituição ao Erário dos valores indevidamente cobrados a maior pelas empresas.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento





( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

No tocante a Recomendação n. 01, a Administração já comunicou a Comissão do requerido e será atendido no encerramento dos trabalhos.

**Prazo limite de implementação da etapa 1:**   31   /   12   / 2008

**Prazo limite de implementação da etapa 2:**        /        /       

**Prazo limite de implementação da etapa n:**        /        /       

#### **2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (017)**

Inexistência de Calendário de Operações Regionais.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Implementar uma sistemática de elaboração do Calendário de Operações Regionais, de modo a ajustá-lo ao Calendário Nacional, otimizando assim a elaboração e a operacionalização de ambos, a fim de maximizar os resultados em função da escassez de recursos logísticos e humanos.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento







( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

**A partir do corrente ano foi elaborado o calendário de operações regionais, instituído pela Ordem de Serviço 001/2008 da SPF, de 25/01/2008, sendo publicada no Boletim de Serviço nº 04/2008 (16 à 20/02/2008).**

**Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediato**

#### **2.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (018)**

Ausência de comprovação da correta divulgação dos documentos de planejamento entre a Superintendência e as Delegacias.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Implementar uma sistemática de divulgação e arquivamento físico oficial da documentação de planejamento repassada, que permita a pesquisa e a verificação da sua adequabilidade e de seu efetivo cumprimento a qualquer tempo.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 2 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo





No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- Via de regra os documentos são encaminhados para as delegacias e núcleos afins, através de memorando, sendo expedidos por malotes, havendo um controle rigoroso da tramitação destes documentos.
- Atualmente o sistema de controle é informatizado, sendo que os malotes enviados da sede superintendência para as delegacias e vice e versa, nas segundas e quintas feiras, sendo recebidos nas terças e sexta-feiras, salvo se houver algum problema com o correio o feriado nestes dias.
- Cópias dos memorandos de envio são regularmente arquivados na SPF e as guias de tramitação destes processos ou documentos (GMPD), além de estarem no sistema, são arquivados no Núcleo de Documentação.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.
- Ocorre, que algumas vezes, há um tempo exíguo para repassar as orientações e ordens de serviço, por problemas alheios a esta Seção. Nestas ocasiões encaminhamos as mesmas via FAX ou e-mail.
- Segundo comentários dos técnicos, estes meios não são adequados e não tem validade. O que perguntamos é o que fazer, caso não haja tempo hábil para que possamos encaminhar via malote?



- Podemos ainda salientar que as ordens de serviço emanadas desta seção, tem sido publicadas regularmente em Boletim de Serviço, de acordo com IN 17/2007 do DPRF e disponibilizadas em nossa “INTRANET/Boletins de Serviço” e acessível a todos os servidores.

**Prazo limite de implementação da etapa 1:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa 2:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa n:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### 2.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (020)

Ausência de supervisão das atividades de policiamento a partir das informações dos Sistemas ROD e DINOP.

#### RECOMENDAÇÃO: 001

Buscar a estruturação adequada e suficiente da função de supervisão das atividades de policiamento, tendo em vista que a eficiência do gerenciamento de dados e informações pode proporcionar um aumento da eficiência operativa, otimizando os recursos humanos existentes através de um planejamento e supervisão mais efetivos.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

#### Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.





- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.
- O grande problema reside no quadro reduzido de funcionários em atividade na PRF. Como não existe um “staff” administrativo adequado às atividades meio (pessoal administrativo) há grande dificuldade de se dedicar a supervisão. Com o atual quadro, ficamos entre a cruz e espada. De um lado tirar um ou dois Policiais do meio fim (trabalhando diretamente na pista) e deslocando-os para a atividade meio ou manter o quadro atual de servidores e abrindo-se mão de certas atividades.
- Com a abertura de concurso público, tanto para a atividade fim, quanto para a atividade meio, creio que poderemos nos dedicar a este tipo de atividade. Atualmente o tempo permite apenas tentar resolver os problemas mais prementes e urgentes.

**Prazo limite de implementação da etapa 1:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa 2:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa n:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### 2.1.1.7 CONSTATAÇÃO: (023)

Inexistência, na Delegacia fiscalizada, de produção do documento que consolide o planejamento.

#### RECOMENDAÇÃO: 001

Implementar rotina de consolidação do planejamento para todas as Delegacias, de modo a permitir avaliar gerencialmente o efetivo cumprimento do planejamento descentralizado nas mais diversas programações realizadas.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo





No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.
- Estamos elaborando ordem de serviço no sentido de que para cada ordem emanada seja gerado relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

**Prazo limite de implementação da etapa 1:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa 2:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa n:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### **2.1.1.8 CONSTATAÇÃO: (025)**

Ausência de tempestividade no lançamento de informações da Delegacia no sistema DINOP.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Aprimorar a sistemática de lançamento de informações no sistema DINOP, de modo a garantir o registro tempestivo das informações, permitindo a supervisão operacional e aumentando a eficiência do planejamento retroalimentado.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo





No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.
- O DINOP é um relatório onde são colhidas as informações de acidentes, multas e criminalidade. O sistema na verdade não pode ser considerada uma ferramenta de gerência estratégica, pois não conseguimos subtrair dos dados nele contidos as informações necessárias para tomada de decisões.
- O Departamento de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu dois sistemas de controle, sendo um deles o SISCOM e outro o BR Brasil. No primeiro é executado o controle das infrações de trânsito (multas) e no segundo o de acidentes de trânsito. Está em fase de implantação dentro do sistema BR Brasil o módulo de criminalidade.
- Portanto, atualmente os dados necessários e que são lançados no sistema DINOP já estão disponíveis no sistema SISCOM e no BR Brasil, com exceção dos dados de criminalidades, que são lançados diariamente no ROD on line.
- O que falta, na verdade, são os filtros necessários nos sistemas criados pelo DPRF, para, a partir dos dados, processarmos as informações necessárias para a tomada de decisões.

**Prazo limite de implementação da etapa 1:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa 2:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_





**Prazo limite de implementação da etapa n:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### 2.1.1.9 CONSTATAÇÃO: (026)

Inexistência de processo formalizado para monitoramento das atividades desenvolvidas na Delegacia.

### RECOMENDAÇÃO: 001

Registrar formalmente o monitoramento realizado nas Delegacias, de modo a permitir a verificação da adequabilidade das operações a qualquer tempo e retroalimentar o planejamento realizado.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.
- Está sendo agendada reunião com os chefes de Delegacias, seções e núcleos estratégicos para a elaboração de um plano que permita a Seção de Policiamento e Fiscalização o monitoramento das atividade desenvolvidas nas Delegacias.

**Prazo limite de implementação da etapa 1:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_





**Prazo limite de implementação da etapa 2:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Prazo limite de implementação da etapa n:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### 2.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (001)

Atendimento parcial aos pareceres emitidos pela Advocacia Geral da União, sem a respectiva justificativa do não-atendimento integral das recomendações.

#### RECOMENDAÇÃO: 001

Atender tempestivamente às recomendações da assessoria jurídica, justificando no processo a impossibilidade do atendimento, quando for o caso.

#### RECOMENDAÇÃO: 002

Rever a execução dos procedimentos licitatórios nas licitações previstas para realização no interior do Estado, no sentido de que todos os atos da licitação sejam praticados no município de realização do certame, evitando assim restrição à participação de interessados.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

#### Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer





parâmetros para o acompanhamento.

**No tocante a Recomendação n. 01**, a Administração intensificará esforços para após emissão do parecer da assessoria jurídica, solicitará a área competente o saneamento processual conforme as recomendações e emissão de despacho nos autos quanto ao atendimento integral das recomendações ou justificativa da impossibilidade do atendimento.

**No tocante a Recomendação n. 02**, a Administração está promovendo licitações preferencialmente na modalidade eletrônica, com vistas a publicidade dos eventos, para promoção da ampla participação dos interessados.

**Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediato.**

#### **2.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (002)**

Contratação de empresa em desacordo com o resultado parcial da licitação.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Nos próximos processos licitatórios a serem realizados no interior do Estado para a manutenção preventiva de viaturas, adotar diligências junto à(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar, para verificar se a(s) mesma(s) possui(em) instalações adequadas para a prestação dos serviços.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Efetuar a correção do contrato para adequá-lo ao resultado da sessão de licitação, compensando os valores porventura pagos a maior, conforme manifestação da Unidade.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

**Providências a serem Implementadas**





- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Em relação a Recomendação n. 01, a Administração promoverá os esforços necessários para atendimento da recomendação.

Em relação a Recomendação n. 02, já foram adotadas as providências solicitadas, conforme cópia dos ofícios n. 397, 742/2008 e s/n de AUTO GIRO EDINHO COM DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA, e GRU (Guia de Recolhimento da União) n. 732008, anexos.

**Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediato.**

#### **3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (004)**

Reincidência na ocorrência de bens móveis não localizados e bens não constantes do sistema de controle patrimonial.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Reiteram-se as recomendações pendentes de atendimento, conforme Relatório de Auditoria/CGU referente ao exercício de 2006, como segue:

- Buscar junto ao seu Órgão Central, bem como por meios internos, dotar os setores que se relacionam com seu controle patrimonial de estrutura suficiente para assegurar seu adequado funcionamento, traduzido no atendimento da legislação que rege a matéria, em especial a IN/SEDAP n.º 205/88;
- Incluir no sistema patrimonial da Unidade os bens encontrados pela Comissão





Inventariante mas que não constam de seus registros (com descrições e números patrimoniais discriminados nos memorandos contidos no processo n.º 08666.006994/06-50);

- Promover esforços junto às Delegacias, Núcleo se Setores da Unidade no sentido da localização dos bens não encontrados pela Comissão Inventariante (também descritos em memorandos contidos no processo n.º 08666.006994/06-50);

- No caso de insucesso nas buscas realizadas, instaurar sindicância para apuração de responsabilidade pelos desaparecimentos dos bens.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o n.º correspondente ao posicionamento

( 1 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

#### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Em relação a Recomendação n. 01, a Administração aguarda Relatório Final da Comissão de Saneamento, desta Regional, para instauração das sindicâncias para apuração de responsabilidade pelos desaparecimentos dos bens.

**Prazo limite de implementação da etapa 1: \_31\_ / \_12\_ / 2008.**

#### **4.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (006)**





Manutenção de demanda reprimida de instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Mantenha os esforços junto ao seu Órgão Central, no sentido de ampliar a disponibilidade de recursos financeiros para pagamento de diárias e treinamentos para capacitação de servidores, a fim de que possam compor as comissões apuratórias para execução de trabalhos de correição.

**Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 2 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

### **Providências a serem Implementadas**

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

A Corregedoria Regional ainda tem um grande número de procedimentos administrativos disciplinares aguardando instauração de PAD, entretanto, com a liberação dos recursos deste exercício, muitas comissões já foram compostas e vários processos administrativos disciplinares estão em andamento e, a medida que vão sendo concluídos, outros são instaurados. Também foi intensificado o trabalho de diligências preliminares e de análise de admissibilidade, o que tem possibilitado o arquivamento de alguns procedimentos





autuados, cuja instauração de PAD seria desnecessária.

Está em fase de projeto um curso de formação de membros de comissões de processo administrativo disciplinar para os servidores da sede e das delegacias, com realização prevista para o mês de agosto de 2008, cuja intenção é capacitar pelo menos trinta policiais para atuar em comissões.(Etapa 1)

**Prazo limite de implementação da etapa 1: 11/08/2008**



## **11. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCU**

### **11.1. NÚMERO DA DECISÃO OU ACÓRDÃO**

Ofício nº 709/2008-TCU/SECEX-SC

Acórdão nº 1753/2008 – TCU – 1ª CÂMARA

### **11.2. DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO**

Através do Acórdão supra o TCU determinou a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, dar prioridade aos trabalhos e as comissões que levantam irregularidades relativas a bens móveis e pagamentos a maior nos contratos de manutenção de veículos.

### **11.3. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**

Com relação ao saneamento das irregularidades existentes no levantamento dos bens móveis desta regional, foi constituída e priorizada, através da Portaria nº 253/2008, de 15 de setembro de 2008, a COMISSÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E MATERIAL DE CONSUMO, com a função precípua de executar com a máxima urgência, o inventário total dos bens, indicando as irregularidades e encaminhando-as ao setor correicional.

No tocante ao levantamento das irregularidades sobre pagamentos a maior nos contratos de manutenção de veículos, foram priorizadas as ações da comissão existente, constituída pela Portaria nº 012/2008, para tratar da revisão de todos os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da 8ª SRPRF/SC.





**12. ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO ATOS DE  
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA**

<b>ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA</b>		
<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTROS SISAC</b>
<b>Admissão</b>	00	00
<b>Desligamento</b>	06	06
<b>Aposentadoria</b>	02	02
<b>Pensão</b>	02	02



**13. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU  
FOI DISPENSADO**

**Não aplicável à unidade no exercício de 2008.**





#### **14. ROL DE RESPONSÁVEIS (ART. 10 DA IN/TCU 57/2008).**

Em atendimento ao art. 10 da Instrução Normativa nº 57/2008/TCU, foram juntadas nas páginas subsequentes, as imagens digitalizadas/documentos originais do Rol de Responsáveis que faz parte integrante do Presente Relatório de Gestão.



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
 ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 001  
 UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
 GESTAO : 00001 - TESOUREO NACIONAL

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA( UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 149.050.359-53 - LUIZ ADEMAR PAES  
 E-MAIL : LUIZ.PAES@DPRF.GOV.BR  
 ENDEREÇO : RUA SAO FRANCISCO, 141 APTO 301 CENTRO - Fpolis/SC  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-140  
 CARGO : ORDENADOR DE DESPESA - TITULAR  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 12/Set/2003 PORT. 43 - I 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 681.751.839-34 - LUIS CARLOS PADILHA  
 E-MAIL : LUIS.PADILHA@DPRF.GOV.BR  
 ENDEREÇO : RUA DOMINGOS PEDRO HERMES,262, AP106, JARDIM CIDADE FLORIANOPOLIS  
 MUNICIPIO : 8327 - SAO JOSE UF: SC CEP: 88111-330  
 CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE MULTAS E PENALIDADES  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 09/Mai/2006 PORT. 163/06 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 591.496.209-91 - ALVARO MICHEL ALVES GUIMARAES FIGUEIREDO  
 E-MAIL : ALVARO.FIGUEIREDO@DPRF.GOV.BR  
 ENDEREÇO : ITABORAI NR.79 - BAIRRO ITACORUBIFLORIANOPOLIS  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88034-550  
 CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE DOCUMENTACAO - SUBSTITUTO  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 07/Nov/2007 PORT. 359/07 07/Fev/2008 PORT. 016/08 01/Jan/2008 A 06/Fev/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 026.116.259-48 - GIANCARLO ROSSETTO  
 E-MAIL : GIANCARLO.ROSSETTO@DPRF.GOV.BR  
 ENDEREÇO : RUA JOAQUIM NABUCO 1394, AP 202 BLOCO B - CAPOEIRAS  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88090-060  
 CARGO : POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 07/Nov/2007 PORT. 359/07 07/Fev/2008 PORT. 016/08 01/Jan/2008 A 06/Fev/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 591.496.209-91 - ALVARO MICHEL ALVES GUIMARAES FIGUEIREDO  
 E-MAIL : ALVARO.FIGUEIREDO@DPRF.GOV.BR  
 ENDEREÇO : ITABORAI NR.79 - BAIRRO ITACORUBIFLORIANOPOLIS  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88034-550

=====Continua...



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 002  
UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...

CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE DOCUMENTACAO - SUBSTITUTO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
07/Fev/2008 PORT. 016/08 15/Jul/2008 PORT. 188/08 07/Fev/2008 A 14/Jul/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 289.064.629-72 - IVAN ROBSON FLORES  
E-MAIL : IVAN.FLORES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : R. ADEMAR DA SILVA, 395/103 B. KOBASOL  
MUNICIPIO : 8327 - SAO JOSE UF: SC CEP: 88101-091  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE DOCUMENTACAO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
07/Fev/2008 PORT. 016/08 19/Dez/2008 PORT. 328/08 07/Fev/2008 A 18/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 078.587.917-02 - LEANDRO ANDRADE DO NASCIMENTO  
E-MAIL : LEANDRO.ANDRADE@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : R. CAPITAO PEDRO LEITE, 165, BL CAP 606, BARREIROS  
MUNICIPIO : 8327 - SAO JOSE UF: SC CEP: 88117-600  
CARGO : RESP. PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
19/Dez/2008 PORT. 328/08 19/Dez/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 399.322.229-68 - GETULIO JOSE DE SOUZA  
E-MAIL : GETULIO.JOSE@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA WALDOMIRO MANGUILHOTT 247 CENTRO-FPOLIS  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88020-330  
CARGO : RESP. CONFORMIDADE REGISTRO DE GESTAO- SUBST  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
19/Dez/2008 PORT. 328/08 19/Dez/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELO PLANEJAMENTO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 807.831.557-00 - NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA  
E-MAIL : NADJA.VIANNA@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA ESTEVES JUNIOR, 605 AP 1214 CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-130  
CARGO : CHEFE DA SECAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
18/Jul/2007 PORT.1064/07 11/Mar/2008 PORT. 366/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 016.811.379-17 - MARCEL MATIAS PONTES

-----Continua...





SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 003  
UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

E-MAIL : MARCEL.PONTES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DR ABEL CAPELA, 570, AP 102 COQUEIROS  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-250  
CARGO : CHEFE DA SECAO ADMIN E FINANCEIRA - SUBSTITUT  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
11/Mar/2008 PORT. 367/08 11/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 203.429.691-53 - WALLACE RODRIGUES DOS SANTOS  
E-MAIL : WALLACE.SANTOS@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA SAO JOSE, 56 - BL A AP 305 CENTRO UF: SC CEP: 88160-000  
MUNICIPIO : 8045 - BIGUACU  
CARGO : CHEFE DA SECAO DMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
10/Mai/2006 PORT. 662/06 11/Mar/2008 PORT. 358/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 807.831.557-00 - NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA  
E-MAIL : NADJA.VIANNA@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA ESTEVES JUNIOR, 605 AP 1214 CENTRO UF: SC CEP: 88015-130  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS  
CARGO : CHEFE DA SECAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
11/Mar/2008 PORT. 359/08 11/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: INTERINO  
AGENTE : 377.078.419-72 - AILTON RODRIGUES  
E-MAIL : AILTON.RODRIGUES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA FERNANDO MACHADO, 192 AP 702 CENTRO - FPOLIS/SC UF: SC CEP: 88010-405  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS  
CARGO : CHEFE DA SECAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA-IN  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
20/Dez/2007 PORT. 386/07 11/Mar/2008 PORT. 366/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 149.050.359-53 - LUIZ ADEMAR PAES  
E-MAIL : LUIZ.PAES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA SAO FRANCISCO, 141 APTO 301 CENTRO - FPOLIS/SC UF: SC CEP: 88015-140  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS  
CARGO : SUPERINTENDENTE DA 8A SRPRF/MJ - SC  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
12/Ago/2003 PORT. 447/03 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----Continua...





SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 004  
UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL  
Continuacao...=====

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 681.751.839-34 - LUIS CARLOS PADILHA  
E-MAIL : LUIS.PADILHA@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DOMINGOS PEDRO HERMES,262, AP106, JARDIM CIDADE FLORIANOPOLIS  
MUNICIPIO : 8327 - SAO JOSE UF: SC CEP: 88111-330  
CARGO : CHEFE DA SECAO DE POLICIAMENTO E FISCALIZACAO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
12/Mai/2006 PORT. 511/06 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO ORCAMENTARIA  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 529.402.924-34 - DIANA DE MEDEIROS FERNANDES  
E-MAIL : DIANA.MEDEIROS@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA VICTOR KONDER, 54 APTO 1003 CENTRO \_ FPOLIS/SC  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-400  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
12/Set/2006 PORT.1324/06 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 035.212.439-31 - ELIANA CRISTINA PAULI  
E-MAIL : ELIANA.CRISTINA@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DEMETRIO RIBEIRO,106 AP 208 BLOCO LEON - CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88020-700  
CARGO : CHEFE NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - SUBSTI  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
31/Ago/2007 PORT.1274/07 10/Jul/2008 PORT. 993/08 01/Jan/2008 A 09/Jul/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 907.511.249-15 - EMILSON JOSE PEREIRA  
E-MAIL :  
ENDERECO : R. DESEMBARGADOR PEDRO SILVA,2100COQUEIROS  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-700  
CARGO : CHEFE NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - SUBSTI  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
10/Jul/2008 PORT. 994/08 10/Jul/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO FINANCEIRA  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 529.402.924-34 - DIANA DE MEDEIROS FERNANDES  
E-MAIL : DIANA.MEDEIROS@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA VICTOR KONDER, 54 APTO 1003 CENTRO \_ FPOLIS/SC  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-400  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS  
-----Continua..



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
 ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 005  
 UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
12/Set/2006	PORT.1324/06			01/Jan/2008 A 31/Dez/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO		PUBLICACAO EXONERACAO		

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 035.212.439-31 - ELIANA CRISTINA PAULI  
 E-MAIL : ELIANA.CRISTINA@DPRE.GOV.BR  
 ENDERECO : RUA DEMETRIO RIBEIRO,106 AP 208 BLOCO LEON - CENTRO  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88020-700  
 CARGO : CHEFE NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - SUBSTI  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 31/Ago/2007 PORT.1274/07 10/Jul/2008 PORT. 993/08 01/Jan/2008 A 09/Jul/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 907.511.249-15 - EMILSON JOSE PEREIRA  
 E-MAIL :  
 ENDERECO : R. DESEMBARGADOR PEDRO SILVA,2100COQUEIROS  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-700  
 CARGO : CHEFE NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS - SUBSTI  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 10/Jul/2008 PORT. 994/08 10/Jul/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 226.733.771-15 - ALVINO JOSE LEITE  
 E-MAIL : ALVINO.LEITE@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : ALVINO.LEITE@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : ALVINO.LEITE@MJ.GOV.BR  
 ENDERECO : QSA 17 CASA 17 TAGUATINGA SUL  
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72015-170  
 CARGO : CHEFE DA DIVISAO DE CONTABILIDADE  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 28/Abr/2006 PORT. SE 446 16/Abr/2008 PORT. SE 488 01/Jan/2008 A 15/Abr/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 28/Abr/2006 16/Abr/2008

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 115.517.631-68 - JOSE CARLOS GOMES  
 E-MAIL : JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR  
 ENDERECO : SQB RUA QUARESMEIRA 2ªLOTE 8 EPTG/GUARA I BLOCO L APTO 203  
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71009-000  
 CARGO : COORDENADOR DE CONTABILIDADE  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 02/Jun/2006 PORT SE 593 16/Abr/2008 PORT. SE 488 01/Jan/2008 A 15/Abr/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 06/Jun/2006 16/Abr/2008

====Continua...



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
 ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 006  
 UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL  
 Continuacao...=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 226.733.771-15 - ALVINO JOSE LEITE  
 E-MAIL : ALVINO.LEITE@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : ALVINO.LEITE@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : ALVINO.LEITE@MJ.GOV.BR  
 ENDERECO : QSA 17 CASA 17 TAGUATINGA SUL  
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72015-170  
 CARGO : CHEFE DA DIVISAO DE CONTABILIDADE ANALITICA  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 16/Abr/2008 PORT. SE 488 16/Abr/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 16/Abr/2008

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 115.517.631-68 - JOSE CARLOS GOMES  
 E-MAIL : JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR  
 E-MAIL : JOSE.GOMES@MJ.GOV.BR  
 ENDERECO : SOB RUA QUARESMEIRA 2°LOTE 8 EPTG/GUARA I BLOCO L APTO 203  
 MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71009-000  
 CARGO : COORDENADOR DE CONTABILIDADE  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 16/Abr/2008 PORT. SE 488 16/Abr/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
 16/Abr/2008

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 807.831.557-00 - NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA  
 E-MAIL : NADJA.VIANNA@DPRF.GOV.BR  
 ENDERECO : RUA ESTEVES JUNIOR, 605 AP 1214 CENTRO  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-130  
 CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 12/Set/2006 PORT.1326/06 11/Mar/2008 PORT. 356/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 016.811.379-17 - MARCEL MATIAS PONTES  
 E-MAIL : MARCEL.PONTES@DPRF.GOV.BR  
 ENDERECO : RUA DR ABEL CAPELA, 570, AP 102 COQUEIROS  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-250  
 CARGO : CHEFE NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL - SUBST  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 11/Set/2007 PORT.1330/07 11/Mar/2008 PORT. 352/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 578.590.359-87 - CLAUDIA MARGARETE PIRES  
 E-MAIL : CLAUDIA.PIRES@DPRF.GOV.BR

=====Continua...



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
 ORCAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 007  
 JG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

Continuacao...=====  
 ENDERECO : RUA ANTONIO VIEIRA - 497 AP 01 PONTE DO IMARUIM - PALHOÇA/SC  
 MUNICIPIO : 8233 - PALHOÇA UF: SC CEP: 88130-470  
 CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 11/Mar/2008 PORT. 357/08 11/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
 SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 006.955.959-70 - VINICIUS ALENCAR MORETTO  
 E-MAIL : VINICIUS.MORETTO@DPRF.GOV.BR  
 ENDERECO : RUA LAURO LINHARES M 1600, AP 703, TRINDADE  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88036-002  
 CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL-SUBS  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 11/Mar/2008 PORT. 363/08 11/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
 NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : GESTOR DE LICITACOES  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 377.078.419-72 - AILTON RODRIGUES  
 E-MAIL : AILTON.RODRIGUES@DPRF.GOV.BR  
 ENDERECO : RUA FERNANDO MACHADO, 192 AP 702 CENTRO - FPOLIS/SC  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88010-405  
 CARGO : PRESIDENTE COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 13/Nov/2007 PORT. 362/07 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
 SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
 AGENTE : 509.636.279-53 - LUIZ ANTONIO GIARDINO GRAZIANO  
 E-MAIL : LUIZ.GRAZIANO@DPRF.GOV.BR  
 ENDERECO : R. SAO FRANCISCO, 170 APTO 403 CENTRO - FPOLIS/SC  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88000-000  
 CARGO : MEMBRO DA COMISSAO PERMANENTE LICITACAO SUBST  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 13/Nov/2007 PORT. 362/07 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
 NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONS PELA GESTAO DO PATRIMONIO-BENS MOVEIS  
 SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
 AGENTE : 807.831.557-00 - NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA  
 E-MAIL : NADJA.VIANNA@DPRF.GOV.BR  
 ENDERECO : RUA ESTEVES JUNIOR, 605 AP 1214 CENTRO  
 MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-130  
 CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL  
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
 12/Set/2007 PORT.1326/06 11/Mar/2008 PORT. 356/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
 PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----Continua..







SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 008  
UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL  
Continuacao...=====

-----  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 578.590.359-87 - CLAUDIA MARGARETE PIRES  
E-MAIL : CLAUDIA.PIRES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA ANTONIO VIEIRA - 497 AP 01 PONTE DO IMARUIM - PALHOÇA/SC  
MUNICIPIO : 8233 - PALHOÇA UF: SC CEP: 88130-470  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
11/Mar/2008 PORT. 357/08 11/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 016.811.379-17 - MARCEL MATIAS PONTES  
E-MAIL : MARCEL.PONTES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DR ABEL CAPELA, 570, AP 102 COQUEIROS  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-250  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL-SUBS  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
11/Set/2007 PORT.1330/07 11/Mar/2008 PORT. 362/08 01/Jan/2008 A 10/Mar/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 006.955.959-70 - VINICIUS ALENCAR MORETTO  
E-MAIL : VINICIUS.MORETTO@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA LAURO LINHARES M 1600, AP 703, TRINDADE  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88036-002  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL-SUBS  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
11/Mar/2008 PORT. 363/08 11/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : GESTOR DE TRANSPORTES  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 568.988.860-53 - CATIA BAU TOMAZI  
E-MAIL : CATIA.BAU@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DEPUTADO ANTONIO EDU VIEIRA 1020 APTO 403 - BLOCO A, PANTANA  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 80004-001  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE SERVICOS GERAIS  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
12/Set/2006 PORT.1322/06 10/Mar/2008 PORT. 360/08 01/Jan/2008 A 09/Mar/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 016.811.379-17 - MARCEL MATIAS PONTES  
E-MAIL : MARCEL.PONTES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DR ABEL CAPELA, 570, AP 102 COQUEIROS  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88080-250  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE SERVICOS GERAIS  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
=====Continua..



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
ORCAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 009  
UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====  
10/Mar/2008 PORT. 361/08 10/Mar/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 845.931.309-30 - SERGIO DO AMARAL  
E-MAIL : SERGIO.AMARAL@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DR. HEITOR BLUM, 977 AP 342 ESTREITO - Fpolis  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88070-300  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE SERVICOS GERAIS-SUBSTITUTO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
20/Jun/2005 PORT. 640/05 30/Mai/2008 PORT. 777/08 01/Jan/2008 A 29/Mai/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 871.029.609-30 - DONIZETE JOAO DE SOUZA  
E-MAIL : DONISETE.SOUZA@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : R. GASPAR DUTRA 831  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 80075-100  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE SERVICOS GERAIS-SUBSTITUTO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
30/Mai/2008 PORT. 778/08 30/Set/2008 PORT.1483/08 30/Mai/2008 A 29/Set/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 035.212.439-31 - ELIANA CRISTINA PAULI  
E-MAIL : ELIANA.CRISTINA@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA DEMETRIO RIBEIRO,106 AP 208 BLOCO LEON - CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88020-700  
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE SERVICOS GERAIS-SUBSTITUTO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
30/Set/2008 PORT.1484/08 30/Set/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

=====  
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : GESTOR DE PESSOAL  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 310.274.071-53 - ALEXANDRE DANIEL LITRAN DOS SANTOS  
E-MAIL : ALEXANDRE.LITRAN@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA NOSSA SENHORA APARECIDA 1185 BL- A APTO 205 - SANTOS DUMONT  
MUNICIPIO : 8327 - SAO JOSE UF: SC CEP: 88117-020  
CARGO : CHEFE DA SECAO DE RECURSOS HUMANOS - FG 01  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
16/Ago/2007 PORT.1208/07 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
17/Ago/2007

-----  
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 578.590.359-87 - CLAUDIA MARGARETE PIRES  
E-MAIL : CLAUDIA.PIRES@DPRF.GOV.BR  
ENDERECO : RUA ANTONIO VIEIRA - 497 AP 01 PONTE DO IMARUIM - PALHOÇA/SC  
-----Continua...



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
 L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
 ORGAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 010  
 UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

Continuacao...=====

MUNICIPIO : 8233 - PALHOCA	UF: SC CEP: 88130-470
CARGO : CHEFE DA SECAO DE RECURSOS HUMANOS - SUBST.	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
11/Set/2007 PORT.1332/07 12/Mar/2008 PORT. 364/08	01/Jan/2008 A 11/Mar/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	

-----

SEQ: 001 -	TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 888.652.159-68 - ALLAN CARLOS VIEIRA	
E-MAIL : ALLAN.VIEIRA@DPRF.GOV.BR	
ENDERECO : RUA DR. FULVIO ADUCCI, 471 AP 302BLOCO C - ESTREITO	
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS	UF: SC CEP: 88075-001
CARGO : CHEFE DA SECAO DE RECURSOS HUMANOS - SUBSTITU	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
12/Mar/2008 PORT. 365/08	12/Mar/2008 A 31/Dez/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	

-----

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA GESTAO DO PATRIMONIO-BENS IMOVEIS	
SEQ: 001 -	TIPO: TITULAR
AGENTE : 807.831.557-00 - NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA	
E-MAIL : NADJA.VIANNA@DPRF.GOV.BR	
ENDERECO : RUA ESTEVES JUNIOR, 605 AP 1214 CENTRO	
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS	UF: SC CEP: 88015-130
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
12/Set/2007 PORT.1326/06 11/Mar/2008 PORT. 356/08	01/Jan/2008 A 10/Mar/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	

-----

SEQ: 001 -	TIPO: TITULAR
AGENTE : 578.590.359-87 - CLAUDIA MARGARETE PIRES	
E-MAIL : CLAUDIA.PIRES@DPRF.GOV.BR	
ENDERECO : RUA ANTONIO VIEIRA - 497 AP 01 PONTE DO IMARUIM - PALHOCA/SC	
MUNICIPIO : 8233 - PALHOCA	UF: SC CEP: 88130-470
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
11/Mar/2008 PORT. 357/08	11/Mar/2008 A 31/Dez/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	

-----

SEQ: 001 -	TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 016.811.379-17 - MARCEL MATIAS PONTES	
E-MAIL : MARCEL.PONTES@DPRF.GOV.BR	
ENDERECO : RUA DR ABEL CAPELA, 570, AP 102 COQUEIROS	
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS	UF: SC CEP: 88080-250
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL-SUBS	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
11/Set/2007 PORT.1330/07 11/Mar/2008 PORT. 362/08	01/Jan/2008 A 10/Mar/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	

-----

SEQ: 001 -	TIPO: SUBSTITUTO
------------	------------------

-----Continua...



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/03/2009  
ORCAO : 30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ PAGINA : 011  
UG : 200125 - 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL REF. : 2008  
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

Continuacao...=====

AGENTE : 006.955.959-70 - VINICIUS ALENCAR MORETTO	
E-MAIL : VINICIUS.MORETTO@DPRF.GOV.BR	
ENDereco : RUA LAURO LINHARES M 1600, AP 703, TRINDADE	
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS	UF: SC CEP: 88036-002
CARGO : CHEFE DO NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL-SUBS	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
11/Mar/2008 PORT. 363/08	11/Mar/2008 A 31/Dez/2008
PUBLICACAO DESIGNACAO	PUBLICACAO EXONERACAO

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA FISCALIZACAO DE CONTRATOS

=====

*Diana de Medeiros Fernandes*  
8ª SRPRF/SC Mat 1071068

ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE



## **15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **15.1. DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA, INCLUINDO AQUELES EFETUADOS MEDIANTE SUPRIMENTO DE FUNDOS**

Esta unidade regional não efetuou nenhum pagamento de natureza sigilosa no exercício de 2008.

### **15.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI**

Em atendimento ao ANEXO X, item B, da Decisão Normativa nº 94/2008/TCU, foram juntadas nas páginas subsequentes, as imagens digitalizadas/documentos originais da declaração do contador responsável pela unidade gestora, bem como declaração da unidade de recursos humanos, à qual esta vinculado, que consolida a exigência de apresentação da declaração de Bens e Rendas referente ao exercício de 2008.



POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



MINISTERIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS  
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar – Sala 402 – Anexo II  
CEP: 70064-900 – Brasília – DF  
Fonc: (61) 3429-3827 – e-mail: cgrh@mj.gov.br

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os servidores **JOSÉ CARLOS GOMES**, CPF: 115.517.631-68 e **ALVINO JOSÉ LEITE**, CPF: 226.733.771-15, responsáveis pela Contabilidade/MJ, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2008, Ano-Base 2007, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994 e a IN/TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009.

**SUZANA MODESTO DA SILVA**  
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos  
Substituta

INSCRIÇÃO NO CNPJ  
**00.394.474/0018-84**  
Ministério da Justiça/Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação Geral de Recursos Humanos  
Esp. dos Ministérios 4º Andar Anexo II  
CEP 70 064-900  
BRASILIA - DF





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**


Esplanada dos Ministérios - Anexo II - Sala 501  
Brasília-DF, CEP: 70064-900 - Fone : (61) 3429-9163

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 200125 – **8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.**

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 03 de março de 2009.

  
\_\_\_\_\_  
**José Carlos Gomes**  
Contador Responsável  
CRC/DF nº 9.261/O-7



**16. DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS**

Em atendimento ao ANEXO X, item B, da Decisão Normativa nº 94/2008/TCU, foi juntada na página subsequente, a imagem digitalizada/documento original da declaração do Chefe da Seção de Recursos Humanos da 8ª SRPRF/SC, quanto ao atendimento da obrigação de apresentação da declaração de bens e valores.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**Ministério da Justiça**

**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal de SC**

**Seção de Recursos Humanos**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE TODOS OS SERVIDORES DESTA 8ª SUPERINTENDÊNCIA ESTÃO CUMPRINDO COM O QUE DETERMINA A PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU Nº 298, DE 6 DE SETEMBRO DE 2007 QUANTO A ENTREGA/AUTORIZAÇÃO DE ACESSO DA DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES,**

Florianópolis, 17 de Abril de 2009.

  
**ALEXANDRE DANIEL LITRAN DOS SANTOS**

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**

**Agente Especial – Matrícula 1071522**

**8ª SRPRF/SC**



## **17. RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO1.**

### **17.1 RELATÓRIO CORREICIONAL**



NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.805/06			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 11/08		DATA: 18/01/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia realizada pelo Comando de Policiamento da PM de irregularidades				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	v	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

2.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.979/06			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 15/2008		DATA: 25/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Faltas ao serviço injustificadas.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO





REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

## 3.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.001.578/07</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 23/2008		DATA: 15/02/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Danos ao radar portátil.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

## 4.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.010.138/07</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 25/2008		DATA: 15/02/2009	





FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia sobre suposto furto cometido por policiais da 3ª Delegacia.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	INDICIAMENTO/DEFESA	<input type="checkbox"/>	RELATÓRIO
	<input type="checkbox"/>	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			<input type="checkbox"/>	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	<input type="checkbox"/>	ABSOLVIÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	APENAÇÃO	<input type="checkbox"/>	INSTAURAÇÃO DE PAD
	<input type="checkbox"/>	PENALIDADE PRESCRITA			<input type="checkbox"/>	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA	DEMISSÃO					
REMESSA DOS AUTOS	<input checked="" type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	<input type="checkbox"/>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

## 5.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.009.021/07</b>					
TIPO DE PROCESSO	<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			<input checked="" type="checkbox"/>	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	<input checked="" type="checkbox"/>	PORTARIA	<input type="checkbox"/>	ORDEM DE SERVIÇO	<input type="checkbox"/>	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 26/2008			DATA: 15/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)						
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	INDICIAMENTO/DEFESA	<input type="checkbox"/>	RELATÓRIO
	<input type="checkbox"/>	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			<input type="checkbox"/>	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>	ABSOLVIÇÃO	<input type="checkbox"/>	APENAÇÃO	<input type="checkbox"/>	INSTAURAÇÃO DE PAD
	<input type="checkbox"/>	PENALIDADE PRESCRITA			<input checked="" type="checkbox"/>	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	<input type="checkbox"/>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				



6.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.008.166/07			
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 24/2008		DATA: 15/02/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Má utilização de viatura, ocasionando quebra de peça.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

7.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.742/07			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 39/2008		DATA: 05/03/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falhas na apuração de processo proveniente da CGU.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	X	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO





JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA			
REMESSA DOS AUTOS	MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

8.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.001.201/05</b>		
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 48/2008	DATA: 19/03/2009	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acid com VTR placas MAQ 2111.		
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA			
REMESSA DOS AUTOS	MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

9.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.010.643/07</b>		
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.





ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 53/2008			DATA: 31/03/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR Fiat/Marea MBT 6121.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

## 10.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.010.182/07</b>					
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 54/2008			DATA: 31/03/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com VTR GM/Blazer MDJ-4013.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU







RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):
------------------------------------	--

## 11.

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.003/04			
	TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 71/2008		DATA: 15/04/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Suposta irreg. Praticada por policiais da 3ª Del.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

## 12.

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.840/05			
	TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 73/2008		DATA: 23/04/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar irregularidades em serviço cometidas por servidores da SRH.			





SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

## 13.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.003.381/05</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 70/2008		DATA: 15/04/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Prisão em flagrante de PRF por crime contra a administração no ano de 2005.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	X INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

## 14.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.003.188/06</b>
---------------------------	--------------------------





TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 60/2008		DATA: 10/04/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Possíveis irregularidades praticadas por servidor no exercício da função			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

## 15.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.003.441/06</b>			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 61/2008		DATA: 10/04/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Possível descumprimento de norma regulamentar			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				





REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

16.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>		<b>08.666.003.940/06</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 77/2008		DATA: 25/04/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente de Viatura Astra de placas MCJ 8535.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

17.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>		<b>08.666.003.651/07</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 76/2009		DATA: 25/04/2008		





FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Suposta solicitação de vantagem indevida para liberação de veículo retido.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	INDICIAMENTO/DEFESA	<input type="checkbox"/>	RELATÓRIO
	<input type="checkbox"/>	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			<input type="checkbox"/>	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	<input type="checkbox"/>	APENAÇÃO	<input type="checkbox"/>	INSTAURAÇÃO DE PAD
	<input type="checkbox"/>	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	<input type="checkbox"/>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

## 18.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.002.721/08</b>					
TIPO DE PROCESSO	<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	<input type="checkbox"/>	ORDEM DE SERVIÇO	<input type="checkbox"/>	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 75/2008			DATA: 25/04/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Irregularidade na liberação de veículo.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	INDICIAMENTO/DEFESA	<input type="checkbox"/>	RELATÓRIO
	<input type="checkbox"/>	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			<input type="checkbox"/>	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	<input type="checkbox"/>	APENAÇÃO	<input type="checkbox"/>	INSTAURAÇÃO DE PAD
	<input type="checkbox"/>	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	<input type="checkbox"/>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				





19.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.004.075/08			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 63/2008		DATA: 10/04/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Descumprimento de convocação para escala extra.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

20.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.004.338/08			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 62/2008		DATA: 10/04/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Descumprimento de convocação para escala extra.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO





JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

## 21.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.005.172/08</b>					
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 81/2008			DATA: 30/04/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia de extorsão.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	X	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM 15/09/2008				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA				ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

## 22.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.004.510/04</b>					
	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC





ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 69/2008			DATA: 15/04/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar fatos ocorridos no Posto de Blumenau.						
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA				X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					

23.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.000.033/06</b>						
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 46/208			DATA: 19/03/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Uso de viaturas e policiais de folga para prestar serviço a empresas particulares referente às obras de duplicação na BR 101						
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA					ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU







RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):
------------------------------------	--

24.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.004.247/08			
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 68/2008		DATA: 15/04/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar arrombamento da vtr Corsa MCF-2542 e furto de aparelho de CD.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

25.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.010.290/05			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 110/2008		DATA: 27/05/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Autuação por PRF em viatura oficial MBT 6071.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO





		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	X	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA	ADVERTÊNCIA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

26.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.011.282/07</b>				
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 109/2008		DATA: 27/05/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR GM/Astra MCJ 8725				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			



27.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.012.115/07			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 106/2008		DATA: 27/05/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Irregularidade funcional. Comparecimento com atraso.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	X	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA	ADVERTÊNCIA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

28.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.012.631/07			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 105/2008		DATA: 27/05/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR GM/Astra MHS 3022.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO





JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

29.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.006.165/08</b>					
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 107/2008			DATA: 27/05/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Irregularidade na reforma da 3ª Del.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA				ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

30.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.011.463/07</b>					
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.





ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 111/2008			DATA: 27/05/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio de Carteira Funcional						
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA				X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					

## 31.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.002.429/03</b>						
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA					SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 136/2008			DATA: 13/06/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar os fatos e definir resp. qto a suposta irregularidade praticada pelo servidor.						
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA				X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					





32.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.002.772/04			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 137/2008		DATA: 13/06/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com viatura placas MCE 8672.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

33.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.138/04			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 138/2008		DATA: 13/06/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar acidente com viatura Corsa MBT 5411				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO





JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

34.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.008.728/06</b>					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 139/2008			DATA: 13/06/208		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar acidente com VTR Zafira, placas MCJ 8915.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

35.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.013.148/07</b>					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC.





ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 141/208			DATA: 13/06/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia de abuso de autoridade					
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA				ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

36.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.002.057/08</b>					
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA				SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 142/2008			DATA: 13/06/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Solicitação de remoção via formulação externa ao DPRF.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA						
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				







37.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.006.825/03			
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 131/2008		DATA: 10/06/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Inobservância de normas legais e regulamentares na contratação de serviços				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

38.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.011.353/07			
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 148/2008		DATA: 19/06/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com 29 mortes envolvendo vários veículos e duas viaturas da PRF>				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO





JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		x ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA			
REMESSA DOS AUTOS	MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

39.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.000.307/07</b>		
TIPO DE PROCESSO	X	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 143/2008		DATA: 13/06/2008
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com VTR Fiat/Marea, placas MEB 4731.		
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___	
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO
		PENALIDADE PRESCRITA	
PENA APLICADA			
REMESSA DOS AUTOS		MPF	AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

40.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.003.622/03</b>		
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL	X PROCESSO ADM. DISC





ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 177/2008			DATA: 10/07/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Conduta incompatível com a moralidade adm.						
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA				X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					

41.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.659.002.684/05</b>						
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA					SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 178/2008			DATA: 10/07/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Vistoria em veículo por PRF's fora da circunscrição de atuação.						
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA					ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					





42.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.042/06			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 195/2008		DATA: 25/07/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Encontrada substância entorpecente no armário				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

43.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.003.654/07			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 179/2008		DATA: 10/07/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia de ofensa física e abuso de autoridade				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO





JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO	X	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA	SUSPENSÃO			
REMESSA DOS AUTOS	MPF		AGU	
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

44.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.010.182/07</b>			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 180/2008		DATA: 10/07/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com VTR GM/Blazer MDJ-4013.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS	MPF		AGU	
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

45.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.001.730/08</b>			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.





ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 194/2008			DATA: 25/07/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Irregularidade na apres. de atestado médico						
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA				X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					

46.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.008.774/08</b>						
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA					SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO		OUTROS: (especificar)	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 201/2008			DATA: 29/07/2008			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	PRF preso em flagrante por concussão						
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO	
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___				PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD	
		PENALIDADE PRESCRITA					ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA							
REMESSA DOS AUTOS		MPF					AGU
RECOMENDAÇÃO DE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):					





INSTAURAÇÃO DE TCE		
--------------------	--	--

47.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.006.483/06			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 213/2008		DATA: 11/08/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Irregularidade no preenchimento de BAT.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

48.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.655/03			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 223/2008		DATA: 20/08/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Improbidade adm. Imputada à PRFS.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	X RELATÓRIO





		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

49.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.001.196/05</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 234/2008		DATA: 02/09/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Possível irregularidade praticada em abordagem e possível ofensa à moralidade administrativa.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

50.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.010.678/05</b>
-------------------------------	--------------------------







TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 235/2008		DATA: 02/09/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Representação contra PRF por agressão e conduta incompatível na repartição			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

51.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.007.244/06</b>			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 267/2008		DATA: 19/09/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR Astra MCJ8425			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO





PENA APLICADA			
REMESSA DOS AUTOS		MPF	AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):	

52.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.007.406/06</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 233/2008		DATA: 02/09/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Abandono de cargo			
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

53.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.008.274/06</b>			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA	Nº: 266/2008		DATA: 19/09/2008	





DO ATO				
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente de VTR Gol CL mas 2457			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

54.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.006.666/07</b>			
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 232/208		DATA: 02/09/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar ausências a escala de serviço e escalas extras.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	X APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA	ADVERTENCIA			
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		





55.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.357/08			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 231/2008		DATA: 02/09/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR Astra MDV8995				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	X	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA					
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

56.

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.936/06			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 275/2008		DATA: 02/10/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta de urbanidade				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD





		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

57.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.005.173/08</b>			
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 291/2008		DATA: 20/10/2008	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR MHS-3022			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA				
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

58.

<b>NUMERO DO PROCESSO</b>	<b>08.666.005.314/03</b>			
		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)





NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 309/2008	DATA: 27/11/2008		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar infração disciplinar.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO	
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		PROCESSO JULGADO	
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO	X	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
PENA APLICADA	DEMISSÃO (NOTA DE CULPA)			
REMESSA DOS AUTOS	MPF		AGU	
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			



## **18. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

**Não se aplicam à Unidade Regional no exercício de 2008.**



## 19. CONCLUSÃO

Em nível nacional, as rodovias federais interligam as capitais dos Estados com os principais municípios, e conseqüentemente com os principais centros sócio-econômicos das regiões, por elas escoar grande parte da produção nacional, através do transporte de cargas e passageiros, incrementando o turismo regional, nacional e até o internacional.

Nos seus trajeto elas são responsáveis pela ligação de diversas rodovias estaduais às capitais. Ou seja, ela facilitam o intercâmbio entre o interior, suas respectivas capitais e centros urbanos, induzindo e levando o desenvolvimento para as regiões mais carentes. Com isso, entre outras, ajudam a fixar o homem em seu local de origem, contribuindo para o não agravamento dos problemas urbanos nas grandes metrópoles.

São de extrema necessidade para o desenvolvimento, pois as rodovias federais tornam possível escoar toda a produção agrícola, estimular novos arranjos produtivos, impulsionando o turismo e gerando renda, empregos e bem estar social. Contribuem com um aumento progressivo e sustentado do PIB das regiões e, conseqüentemente, com a redução das desigualdades sociais.

Compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas “*Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal*”.

Assim, considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais,





a 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, no exercício 2008, obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, a regional se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho da 8ª SRPRF/SC a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2008 a regional foi eficaz.

As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão foram concretizadas, tanto com a redução do número de vítimas do trânsito, quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois a Polícia Rodoviária Federal foi em 2008 a instituição de segurança pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

A Polícia Rodoviária Federal enfrenta um rol de causas de aumento dos índices de acidentes que beiram o inusitado. A primeira delas é que o crescimento econômico possibilita maior movimento nas estradas e maior fluxo de veículos. Outra causa é que as boas condições das rodovias induzem os motoristas a excederem os limites de velocidade e a cometerem outras infrações, que não raro causam acidentes.

Quando chove, as águas provocam aquaplanagem e pistas se tornam escorregadias desgovernando os veículos. Se fizer sol, também se registra um grande número de acidentes que ocorrem com tempo bom.

A crise aérea também foi causa do aumento de acidentes e de mortes nas rodovias. E desta forma se enumeram incontáveis causas que colaboram direta ou indiretamente para o aumento do número de acidentes.

Por último, mas não de menor importância, a imprudência efetivamente contribui para a ocorrência de acidentes, o motorista tem que adequar a sua direção, à condição da via e à condição climática.



São os princípios da direção defensiva é que efetivamente irão ajudar a evitar a ocorrência de acidentes, o motorista é a chave dessa questão, e sobre ele devem ser concentrados todos os esforços.

A 8ª SRPRF/SC demonstra através dos dados aqui apresentados que a teoria aplicada se reveste de realidade e apresenta resultados positivos.

Intensificando a fiscalização, através do aumento do policiamento, com a presença efetiva do policial no patrulhamento ostensivo e repreensivo, dando-lhe condições regulares de trabalho, bem como veículos adequados e em bom estado, além de equipamento apropriado, comemora-se uma real e efetiva diminuição no número de mortes por acidentes de trânsito.

Vidas foram salvas no trânsito do Estado de Santa Catarina em 2008, foi para esse fim que esta administração trabalhou incansavelmente, e é para este fim que continuará a trabalhar, demandando para tal de maiores recursos orçamentários.

Para evitar mortes nenhum investimento é alto, pois vidas humanas não tem preço, e nenhum esforço é demasiado grande, a Polícia Rodoviária Federal acredita nisso e mais uma vez reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira na sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias federais.

Florianópolis-SC, 24 de abril de 2009.

**Inspetor LUIZ ADEMAR PAES**

Superintendente Regional

